

análise de imprensa

Jornais de 27
SET. a 20UT79SECRETÁRIO PERMANENTE
CONSELHO DA REVOLUÇÃO

IMPRESA NACIONAL

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO	
Documento recebido em	-3 OUT 1979
Distribuído em	-3 OUT 1979
do envelope n.º	-3 OUT 79 00135
para a reunião ordinária de	

O breve período de seis dias a que se refere a análise dos jornais portugueses é marcado por um facto cuja repercussão não é ainda notória (o discurso de Maria de Lurdes Pintasilgo na ONU e o seu encontro com o Papa) e especialmente pelos violentos incidentes de Montemor, neste momento apropriados por todas as forças políticas, na base de interpretações obviamente opostas, num sentido que agudiza a polémica da campanha eleitoral.

1. MONTEMOR - Os jornais de sex.28 e sáb.29 exibem versões inconciliáveis do ocorrido, em alguns dos factos mais importantes ; a atribuição das responsabilidades morais e políticas pelas duas mortes leva mais longe esta polémica, já com referências expressas à campanha eleitoral.
2. O PRESIDENTE E OS PARTIDOS - Afirmações contidas numa longa reportagem /entrevista pelo "Comércio do Porto", bem como outras notícias dispersas com referências a uma possível candidatura ao segundo mandato, recolocam o General Ramalho Eanes no centro das atenções, com viva contestação pela Aliança.
3. A "QUESTÃO RELIGIOSA" - A "exegese" de pormenor dos mais recentes apelos dos bispos é feita por vários leigos numa linha declaradamente integrista, com demarcação exacta dos partidos em que o católico é aconselhado a votar.

IMPRESA ESTRANGEIRA

No decorrer da última quinzena de Setembro, a imprensa internacional caracterizou-se pelo grande afluxo de análises incidindo sobre alguns pontos fundamentais que se localizam, maioritariamente, no Continente americano. Por seu turno, a Europa foi cenário de intensas movimentações diplomáticas, que os comentaristas enquadraram no contexto mais geral da crise económica internacional, urgindo sublinhar nesta, a vertiginosa subida do ouro e os problemas inerentes ao agravamento dos preços do petróleo. Neste enquadramento, isolámos as seguintes linhas informativas:

1. EUROPA:

Questões relacionadas com a segurança europeia
A crise económica mundial e os preços do petróleo
Relações bilaterais : A Espanha; França e a RFA

2. AMÉRICA

Questões relativas à América Latina
O problema da brigada soviética em Cuba

3. PORTUGAL

Alguns comentários às entrevistas concedidas pela Eng^a Pintasilgo a jornais e revistas de grande circulação.
Nítida rarefacção de análises e comentários sobre Portugal.



1. MONTEMOR

Duas versões diametralmente opostas, sobre quem e como iniciou a confrontação em Montemor, vêm logo nos títulos fortes de "O Dia" e "O Diário" de sex.28 ; respectivamente - "ALVO DE TIROS E PEDRADAS A GNR FOI OBRIGADA A REAGIR" e "DOIS TRABALHADORES ASSASSINADOS". A reportagem da Imprensa de direita é que houve uma emboscada, com pistolas e caçadeiras ; a do "Diário" é que os trabalhadores "procuraram legitimamente impedir semelhante roubo" (de vacas da UCP) quando "os agrários avançaram, armados de paus, e elementos da GNR dispararam a matar, sem que nada o justificasse".

Os títulos e o essencial da descrição dos incidentes, no "Dia", citam directamente declarações prestadas à ANOP pelo comandante da força da GNR que actuou no local.

Vários jornais reportaram uma declaração dos médicos policlínicos de Montemor, segundo a qual não houve feridos entre os elementos da GNR, ao que um elemento deste corpo replicou depois que os mesmos não teriam forçosamente de se ir tratar junto daqueles médicos.

Entre os recortes fotocopiados inclui-se, na íntegra, uma reportagem que não coincide exactamente nem com a desculpabilização da GNR nem com a desculpabilização dos trabalhadores envolvidos, embora lhes atribua apenas pedradas, e não tiros - a de Miguel Reis no "Jornal de Notícias" de sáb.29. O "Correio da Manhã" da mesma data reúne os depoimentos contraditórios do proprietário da reserva, que descreve pistolas nas mãos dos trabalhadores, e do porta-voz da União das UCP's, que admite apenas que aqueles lançaram pedras "em direcção ao gado, para impedir o seu roubo".

A reportagem de "A Tarde" (ex-"Jornal Novo") de 1 OUT. atribui às instruções de contenção e de "evitar a acção", que teriam sido dadas à GNR, bem como ao reduzido dos seus efectivos, a confiança com que se fez o cerco ; na sua versão, "choveram" tiros de pistola e caçadeira, um dos "jeeps" teve três impactos de bala e a GNR teve que disparar em última instância, à "queima-roupa", enquanto João Caravela animava os companheiros dizendo que as balas eram de borracha.

O que se segue é a politização imediata do conflito, com os comunicados da CAP, dos partidos, a polémica em torno da ida de Alvaro Cunhal a S.Bento, etc. Um comunicado da Aliança Democrática (jornais de 29) interpela o Presidente, e outro do CDS, no dia seguinte, denuncia o que considera "uma mesma estratégia político-militar que encontra no PC o seu suporte civil." Por seu turno, organizações de esquerda emitiram moções e comunicados exigindo o castigo dos responsáveis e o estabelecimento de uma política de diálogo na zona da Reforma Agrária. Em termos particularmente cruéis, "O Diabo" atribui a responsabilidade dos incidentes às necessidades de campanha do PCP.



2. O PRESIDENTE E OS PARTIDOS

"O Comércio do Porto" de sex.28 publicou "Uma tarde com a família Eanes", extensa reportagem que não caberia nesta análise ; entre os recortes segue o resumo feito pelo "D.Notícias" de sáb.29 e o comunicado do CDS publicado nos jornais de 2 OUT., insurgindo-se pelo teor de uma citação que o próprio "Com.Porto", aliás, destacara do texto, em caixa, no centro da pág.8. Essa frase comenta a hipótese de uma vitória eleitoral da Aliança Democrática em termos que o CDS considera "quebra de neutralidade".

Têm entretanto surgido pequenas notícias sobre a possibilidade de uma segunda candidatura à Presidência, por parte do General Ramalho Eanes ("O Tempo" de 27 SET. publica duas que se contradizem).

Um artigo no "Dia" de 1 OUT. afirma que o Presidente foi ao Norte procurar, entre outras coisas, apresentar aos bispos "o critério da escolha do actual Governo, contendo a sua exposição um apelo implícito à compreensão pelo 'status quo' e à sua não inviabilização" ; o Presidente estaria, assim, a "vender" a imagem do PS, contra o que se insurge o articulista.

"A Rua" de qui.27 lamenta a inclusão dos "Reformadores", que transforma a Aliança numa frente "centro-esquerda", em sua opinião. No "Diabo" de hoje, José Miguel Júdice contesta tal interpretação, instando com a "Direita" para que vote AD.

Fundação Cuidar o Futuro

3. A "QUESTÃO RELIGIOSA"

O que parece marcante, neste terreno, é o aparecimento recente de artigos francamente identificados com um pensamento integrista declarado : já não só a exploração dos diferendos entre Cristianismo e Marxismo, mas a identificação entre a Igreja Católica e a Pátria , a negação da validade da democracia como expressão da vontade da maioria e, por fim, a delimitação exacta dos partidos "votáveis" pelos católicos : o PS fica de fora ("O Dia" de 26SET). A excepção de sucessivos artigos de Raul Rego ("Jorn.Notícias" de 25SET. e 2OUT. e "Diário de Notícias" de 28 SET) comentando e corrigindo afirmações dos bispos, não é visível uma resposta de esquerda a esta campanha.

SACR, 2 OUT.79



IMPrensa ESTRANGEIRA

1. GENERALIDADES

No decurso dos meses de Verão de 79, tem a imprensa dita pró-ocidental vindo a preencher 'grosso modo' as suas colunas de análise com três ou quatro temas que, pelo carácter repetitivo de que se revestem, constituem sem dúvida temas de capital interesse para as cadeias jornalísticas de onde emanam. São eles, respectivamente,

a) NA EUROPA:

QUESTÕES RELACIONADAS COM A SEGURANÇA EUROPEIA

A grande maioria dos comentaristas de nomeada defende a tese que afirma encontrar-se a Europa deficitária, do ponto de vista estratégico-argumentista face ao crescente poderio militar do bloco formado de Varsóvia. A pala desta questão uma intensa polémica nas ceu, relativamente à necessidade e provável eficácia de uma 'união militar franco-germânica', única via, segundo os autores mais conservadores, de preservar o 'património histórico e cultural europeu.' Claro que a defesa deste ponto de vista (A. Sanguinetti, por exemplo) se baseia no desinteresse americana no versus a defesa militar e política do velho Continente e tenta fazer progredir a adesão dos diversos Governos e da opinião pública à criação de uma 'força de dissuasão nuclear franco-alemã'. O Governo de Bonn parece permanecer 'fiel às suas alianças atlânticas', enquanto a imprensa soviética (e pró-soviética) não esconde a sua indignação, face ao simples enunciado do problema. Por seu turno, certos eventos recentes vieram potencializar e, de certo modo, validar os defensores desse ponto de vista, nomeadamente:

- . certa inquietação demonstrada pelos órgãos de cúpula da NATO, quando das suas últimas reuniões;
- . as próprias posições defendidas pe



lo ex-Secretário de Estado americano, H. Kissinger.

Claro que estas últimas constituem um claro manifesto eleitoral 'anti-Carter'.

Outras questões, também prioritariamente abordadas pelos analistas atrás referidos de correm da 'primeira legislatura (em curso) do Parlamento europeu', o qual de modo algum se encontra alheio á polémica referida, muito embora a mascare sob a aparência da problemática 'económica, inerente à defesa colectiva europeia'.

A CRISE ECONOMICA MUNDIAL E OS PREÇOS DO PETRÓLEO DETERMINADOS PELA OPEP

Estes temas, como desde há anos vem sendo hábito, continuam a fazer verter rios de tinta às grandes cadeias informativas. De momento, porém, o problema assume diversas dimensões, decorrentes ainda dos resultados finais da VI Cimeira dos não-alinhados, a qual, não se tendo saldado por uma 'desejável' e predita fractura, propiciatória de novas manipulações politico-económicas por partados países industrializados, desiludiu estes manifestamente. A crise económica, porém, continua a mobilizar enormes espaços, capas e manchettes, em particular depois de desencadado o fenómeno designado por certos comentaristas de 'febre do ouro'. Efectivamente a depreciação de certas moedas tradicionalmente fortes (especialmente, a do dolar) atingiu níveis 'assustadores', que determinaram o desencadear de atitudes de sobrevalorização do ouro (e de outros metais raros) e de mecanismos fortemente especulativos. Porém, nem só estes temas monopolizaram as linhas informativas. De facto, os problemas inerentes ao rescaldo das revoluções iraniana e nicaraguense continuam a ocupar grandes espaços, de par com este conjunto complexo de problemas, que Jean d'Ormesson comenta no editorial de FIGARO-MAGAZINE de 15 de Setembro:



"Desde o fim da segunda guerra mundial, sucederam-se os riscos, de Berlim a Cuba e de Coreia (...) a Israel. A rotura hoje existente entre a China e a Rússia, a sucessão de Tito na Jugoslávia e as contínuas iniciativas de Cuba, colocam um certo número de interrogações. Estes pontos de atrito, bem como ainda certos outros, que vão de Angola ao Yemen ou da Etiópia ao Afeganistão, assumem o seu significado e acuidade sobre um pano de fundo que muitos ocidentais parece terem decidido negligenciar pudicamente, mas que se torna agora impossível ignorar: trata-se da formidável potência militar russa e do desequilíbrio crescente - pelo menos no domínio convencional - existente entre as forças armadas soviéticas e americanas. (...) Certos acontecimentos, nomeadamente a recente declaração de Kissinger, que punha de um modo claro os Europeus em guarda contra uma excessiva confiança na ajuda militar americana em caso de necessidade, sublinham quase dramaticamente o grau de seriedade da situação. Impõe-se a obrigação de uma defesa europeia, mais rigorosamente solidária. (...) A Europa não pode assumir a sua defesa, se não estiver unida e se não resolver procurar os meios exigidos para tal tarefa (...) os quais serão muito numerosos. (...) Porém, mesmo no decurso dos anos de que a China carece para resistir eficazmente à Rússia, a Europa esforçar-se-á, com dificuldade, para se eximir à famosa finlandização, cujos primeiros efeitos se fazem já sentir: eis aí, em parte, o motivo que determinará por que serão tão difíceis e talvez tão perigosos os próximos cinco anos."

(J. d'Ormesson, in FIGARO/MAGAZINE, 21 Set 79)

RELAÇÕES BILATERAIS

A imprensa internacional tem-se feito eco, ao longo deste final de verão, de intensas movimentações diplomáticas entre países singulares, que denunciam uma 'nova convivência planetária' (independente dos dois grandes blocos económico-militares) talvez indutora da



"nova ordem económica", que tantos comentários anunciam. É assim que extensas análises surgiram, um pouco por toda a parte, sobre os contactos mantidos pela França e a RFA, a diversos níveis. E é assim, também, que inúmeros comentários foram veiculados, a propósito da política externa espanhola que de momento se caracteriza por inesperadas reacções e contactos. Se a imprensa oriunda de quadrantes afectos à esquerda, os aplaude, esses mesmos contactos são alvo de severas e duras críticas por parte dos títulos enfeudados à direita. A vinda a Espanha de Arafat, nomeadamente, desencadeou todo um fluxo informativo que, a Portugal, interessaria certamente analisar em pormenor. Acerca deste problema, transcreve-se alguns parágrafos inseridos na Revista Triunfo, que sintetisa bastante bem os pontos fulcrais que a imprensa focou:

"O PASSO ESPANHOL : ARAFAT E SUAREZ"

Arafat (...) deve em Espanha uma recepção equivalente à de um Chefe de Governo (...) o que corresponde à continuação de uma política de aproximação (...) aos países do Terceiro Mundo. Sem repudiar aquilo que o conservadorismo oficial do Ocidente considera os extremos : Castro e Arafat; sem se furtar ao compromisso do próprio Presidente Suarez (...), anfitrião de Arafat, que visitou a Argélia e teve contactos 'de partido a partido' com a Frente Polisário; mantendo outras aproximações mais simples : contactos directos com a Nicarágua (...) Guiné Equatorial e (...) com o Pacto Andino; encontrando-se presente 'como nação convidada' em Havana (...) tudo isto conduz a algo : por um lado, arrebatava temas internacionais à esquerda e, por outro, serve de permanente campanha anti-governamental à direita (... a qual) considera a diplomacia espanhola actual, em termos de 'abandono da política ocidental'. (...) A ideia de que a Espanha se está a afastar dos EU, é descabelada. Há razões (...) para acreditar que toda esta acção espanhola de



aproximação ao Terceiro Mundo, deverá estar incluída numa política geral do Ocidente. Pode ser até (...) que estejamos dentro duma operação de transcendente envergadura, ao nível do Ocidente e do Terceiro Mundo, na qual a Espanha estará desempenhando um papel que a beneficie a si própria e ao resto do 'mundo': (...) procurar uma solução de melhor entendimento entre os países da linha dura do revolucionarismo terceiro-mundista e as organizações internacionais europeias. (...) E isto porque a OLP (...) têm hoje no mundo (...) mais força do que nunca. (...) O petróleo é manejado como uma arma (...) a favor do povo palestino. (...) Um segundo acontecimento de importância consiste na revolução nacionalista-religiosa iraniana, à qual se soma a sua capacidade expansionista: atinge o Paquistão, o Afeganistão e todos os dias se introduz um pouco mais nos países islâmicos. (...) Não se pode negar a sua capacidade de exemplo de revolução, de revolução possível (...) que) penetrou profundamente em todos os povos subjugados. O terceiro acontecimento situa-se no resultado negativo dos acordos israelo-egípcios, que não provocaram a paz que Carter esperava ingenuamente, mas (...) que agravaram a situação em todo o Oriente árabe. (...) Por seu turno, o 'incidente Young' (...) pode ser interpretado como um acto de 'audácia controlada' (...) que pela primeira vez abriu um 'caminho' entre os EU e a OLP. (...)

Parece, assim, que o Presidente Suarez se encontra muito mais envolvido nestas acções (...) terceiro-mundistas, do que parece (...) e que a sua audácia está tão controlada quanto o está a tempestade. (...)

O 'passo espanhol' é, portanto, imensamente positivo para a OLP e Arafat (...) mas) pode ser também o início de uma série de acontecimentos mundiais que inflexionem a situação geral. (...)"

(HARO TECGLER, in Revista TRIUNFO, 22 Set 79)



b) NA AMÉRICAQUESTÕES RELATIVAS À AMÉRICA LATINA

Por seu turno a América Latina tem sido objecto de inúmeras análises, que deixam pressupor até que ponto os recentes acontecimentos ali ocorridos (ou, virtualmente, a 'ocorrer') perturbam os sistemas estabelecidos. De facto, nomeadamente a imprensa afecta à direita, fez ressurgir nas suas colunas a chamada 'teoria dos dominos', tão cara a Kissinger; Repare-se, por exemplo, como aparece enquadrada a questão da revolução nicaraguense:

"OS DOMINOS DAS CARAÍBAS"

Será que a Nicarágua vai 'oscilar' para o campo castrista?, arrastando na sua órbita a Guatemala, as Honduras e São Salvador? (...) Depondo perante a Comissão da Câmara dos representantes, o Sub-Secretário de Estado americano, Henry Entenza, este dia 11, o curso que a revolução da Nicarágua tomará, dependerá essencialmente das nossas próprias atitudes e reacções. Relativamente aos outros países da região, a questão consiste em saber não tanto se a mutação se vai produzir, mas se as mudanças serão violentas ou pacíficas (... Por seu turno) Brzezinski (...) afirma continuamente: 'Não repetamos, sobre tudo, na Nicarágua e noutros países, os erros que, em 1960 nos fizeram precipitar Cuba no campo soviético. Ajudemos os 'moderados' da Junta de Manágua a resistir às tentações castristas. Usemos a nossa influência para acelerar o processo de democratização em S. Salvador.' (...) Edward Zorinsky, (ao falar na) sub-comissão senatorial dos Assuntos Inter-americanos, afirmou: (...) 'Não posso garantir que a Nicarágua se transforme numa democracia, mas estou certo de que será comunista, se os Estados Unidos dela se desinteressarem'. (...) De facto) alguns (líderes) continuam a pensar que os problemas da América Central relevam apenas ainda da nossa política interna'. (...) Mas a era dos 'marines' já passou. Qual -



quer intervenção americana, na América Central, ou, mais ainda, em Cuba, é hoje em dia im pensável. No entanto, os adversários de Car ter, quer republicanos quer democratas, conta bilizam utilizar contra si, ao longo do ano eleitoral, as novas provas de fraqueza ineren tes ao problema (agora surgido) da 'brigada soviética' de Cuba. (...) Muitos parlamenta res, após se terem queixado da 'presidência im perial' de Nixon, denunciam hoje a ausência do 'leadership' americano (...) cada vez menos aceitável a seus olhos. Ouvir-se-á, por ven tura, no decurso das reuniões eleitorais de 1980, este grito evocador das belas horas da guerra fria: 'Quem perdeu a Nicarágua?' "

(BERNARD ULLMANN, in L'EXPRESS, de 29 Set 79)

De facto, este assunto da 'brigada soviética' tem ocupado largos espaços em toda a impre sa internacional. A posição mais adotada, porém, pela grande maioria dos comentaristas pode exemplificar-se através desta síntese que ainda a Revista L'EXPRESS, de 22 de Setem bro, dá, através da análise circunstanciada do mesmo comentarista (B. ULLMANN):

"Os senadores, agitam-se; o Secretário de Es tado, mostra-se inquieto; o Presidente, recusa -se a dramatizar... A nova crise de Cuba não vai, por certo, conduzir o mundo à beira do apocalipse nuclear, mas aproximará seguramen te Carter da derrota eleitoral"

Por estas rápidas transcrições, poderá calcu lar-se o ênfase que a informação escrita tem posto neste problema, uma vez que pode explo rá-lo em duas vias para si igualmente signifi cativas: a presença de soviéticos em Cuba (que cada vez mais se torna um quebra-cabe ças para determinadas áreas de análise polí tica) e a campanha eleitoral americana, que desde já é passível de toda e qualquer indu ção política e matéria de apostas díspares.

Como deve calcular-se, a repetição especulativa de estes e outros temas não menos relevantes, trouxe como consequência uma certa ra



refacção de notícias sobre Portugal e outros países que, de momento não apresentavam motivos de análise política tão palpitantes. Além disso, no que toca a Portugal, especificamente, deverá ser levado em linha de conta que a grande expectativa de que a imprensa internacional deu provas, relativamente à deslocação à ONU da Eng.^a L. Pintasilgo (e, sobre tudo, ao seu entontro com o Papa) motivaram como que uma reserva jornalística, no campo das análises e previsões

2. AS ENTREVISTAS DO PRIMEIRO MINISTRO PORTUGUÊS, VEICULADAS PELOS TÍTULOS INTERNACIONAIS, AO NÍVEL DO JORNALISMO DE 'GRANDE CONSUMO'

Numa interpretação um pouco aventurosa do significado último que pode assumir o conjunto de entrevistas dadas pelo Primeiro Ministro português, na última semana de Agosto e no decorrer do mês de Setembro, e veiculadas pelos títulos internacionais de maior impacto, poderia dizer-se que uma das fórmulas de que o jornalista dispõe, para escamotear o perfil político de alguém (ou, pelo menos, diluí-lo) consiste em enfatizar os traços dominantes da sua personalidade. De facto, ao analisar-se em conjunto a referida série de entrevistas, parece visível que, muito mais do que a estrutura política do Primeiro Ministro, ressalta à vista prioritariamente a sua 'imagem' enquanto mulher, cidadã, intelectual, humanista e militante católica. Não será, aliás, de estranhar que assim seja, se se considerar que pelo menos três dos títulos em questão, se dedicam normalmente ao jornalismo dito de 'grande consumo'. Refere esta afirmação, sobre tudo, o FIGARO MAGAZINE, F MAGAZINE e EL PAIS SEMANAL. A estes, embora relativamente menos, poderá somar-se também DIE WELT, quotidiano muitas vezes empenhado na veiculação de um jornalismo sensacionalista. Compreenda-se que não se está a afirmar que o conteúdo das entrevistas concedidas se caracterize pela ausência de teor político, mas sim pela sua rarefacção, no cômputo geral das mesmas.

* Faz-se notar que a obtenção dos textos integrais das 5 entrevistas concedidas pela Eng.^a Pintasilgo foi extremamente difícil, dada a irregularidade verificada na distribuição de alguns dos títulos (T.C./F MAG.), a inexistência de outros, ou ainda o reduzido nº de exemplares de, por ex. DIE WELT, que se esgotou



Como é, por outro lado, evidente, a natureza política de cada ser é inalienável da sua personalidade global o que significará que a entidade política de Maria de Lurdes Pintasilgo se encontra diluída nos respectivos textos, por vezes de modo expresso e por outras de modo latente. Acresce dizer que, potencializando talvez até a linha jornalística 'ligeira' e de certo modo fenomenológica que as entrevistas, grosso modo, apresentam, alguns dos entrevistadores referem não ser a Eng.^a Pintasilgo muito concisa ao abordar certas questões de fundo, que conduziriam necessariamente a uma definição mais nítida do seu perfil político. Repare-se, por exemplo nesta afirmação de MARIANNE LOHSE, no FIGARO/MAGAZINE :

"Questões como a reforma agrária, as finanças externas, leitmotive das preocupações portuguesas, suscitam respostas bastante evasivas. É pouco provável que M. L. Pintasilgo defenda as posições que defendeu. A Eng.^a Pintasilgo, porém, já é mais prolixa nas linhas dos seus projectos anti-sexistas. (...) O Primeiro Ministro português, pratica admiravelmente bem a arte da sedução e a (técnica) de se esquivar" (...)

Por outro lado, mesmo ao nível da definição ideológica (quando a mesma é tentada, como foi o caso de EL PAIS, pela pena de N. GUARDIOLA) o discurso da Eng.^a Pintasilgo releva mais de um contexto cultural global do que de uma nítida linha política:

"No terreno ideológico, penso que nenhum dirigente pode abstrair das ideologias correntes. Ninguém hoje se atreveria a contestar a clássica trilogia da Revolução francesa. (...) Porém, desde então, produziram-se produziram-se certas transformações que devem ser tomadas em conta. Há as concepções de Einstein, que considero tão ideológicas como os elementos claramente políticos, que nos deram uma ideia da unidade do universo - elemento muito importante e que guia toda a minha acção política. É também muito im -



portante o caminho percorrido desde os primeiros trabalhos de Freud até ao conhecimento das estruturas da personalidade humana e dos mecanismos que articulam essas estruturas. O terceiro factor importante são as ideologias nascidas das correntes que se expressam em 'O Capital' e nas obras dos pensadores que seguiram Marx e tentaram dar da história uma nova interpretação. Nenhum pensador, e muito menos um governante, pode hoje ignorar estas correntes, sob risco de ficar atrás do século e meio". (...)

O elemento de definição política mais estável, que perpassa como um denominador comum, ao longo de todas as entrevistas, será, concretamente, a afirmação de ser a Eng^a Pintasilgo uma personalidade independente, fiel ao sistema democrático, situando-a todos os entrevistadores num quadrante de esquerda, enquanto personalidade católica progressista. Veja-se a definição colhida por R. GÖRTZ e exarada nas colunas de *Diário*:

"A Eng^a Pintasilgo é politicamente independente, classificando-se a si própria como 'católica progressista' " (...)

Pode dizer-se, de facto, que se encontra vestígios, em qualquer um dos textos considerados, do cuidado e esforço postos pela Eng^a Pintasilgo relativamente ao seu 'posicionamento' político versus os partidos políticos portugueses, ou, sequer, às grandes linhas ideológicas alternativas. Os analistas internacionais, aliás, quando tentaram fazer o seu perfil (após a sua indigitação e após a 'passagem' do seu Programa de Governo) limitaram-se, regra geral, a referir a sua situação de 'equidistância' face às várias formações do espectro político português. Assim, por exemplo, H. DEML no LUXEMBURGUER WORT, de 27 Agosto afirmava que ML Pintasilgo 'evita cuidadosamente qualquer ligação com partidos políticos'. O que não deixavam contudo era de enquadrá-la num sistema de referências 'de esquer-



da'. No entanto, não deixavam esses analistas (sobre tudo os afetos à esquerda) de se surpreender pela manifesta guerra aberta que contra a Primeiro Ministro desencadeavam os partidos centristas e todos aqueles que se reclamam defensores da democracia, ou das tendências liberais. É precisamente JUAN ALDEBARAM quem, na Revista TRIUNFO, de 25 de Agosto, tenta uma explicação para esse 'fenómeno':

"ML Pintasilgo (...) ocupa um centro na política, o que não pode deixar de enfurecer os candidatos a esta designação, a partir da direita. (...) Pretende ser apolítica e ter constituído um Governo de técnicos. Tão pouco se sabe qual o papel que o PR representa por detrás deste movimento. Esta filiação de ML Pintasilgo molesta a direita, que se vê substituída tanto na 'moderação' como na 'eficácia'. (Por outro lado) preocupa a esquerda: socialistas e comunistas acolhem-na como um traço de regressão e a direita que não quer agora bloquear o caminho à direita, podendo ainda governar onde lhes não é permitido fazê-lo" (...)

Não é, porém, esta a perspectiva induzida pelos diversos textos das entrevistas que vêm sido referidas. A prudência, porém, com que todos (i.e.: tanto a entrevistada, como os diversos entrevistadores) fazem o 'diagnóstico' político de ML Pintasilgo, deverá, certamente, possuir um significado especial. Repare-se na auto-definição de M. l Pintasilgo, ao analista ALAIN ECHEGUT, do TMOIGNAGE CHRÉTIEN do dia 27 Agosto:

"No entanto, uma certa forma de encarar as coisas pode, eventualmente, colocar-me num quadrante que, tradicionalmente, se chama de esquerda. Mas eu não me reconheço em nenhuma

* Transcrito a partir do Relatório emitido sobre imprensa estrangeira emitido pelo Ministério da Comunicação Social. A Revista TRIUNFO, tal como outras publicações espanholas, enferma de uma distribuição muito deficiente e incerta.



das formações políticas que hoje representam a esquerda em Portugal. Certamente que temos pontos comuns, todavia o meu projecto não poderia adaptar-se à clivagem tradicional esquerda/direita" (...)

A única definição clara, não passível de quaisquer interpretações, que emerge dos textos em análise, diz concretamente respeito à essência religiosa da personalidade da senhora Primeiro Ministro, a qual nunca aparece escamoteada. Possivelmente aí mesmo residirá a origem (ou grande parte da origem) do estranho mutismo assumido pela imprensa estrangeira acerca do processo português. De facto, este atravessa uma fase da sua evolução que, noutras quaisquer circunstâncias, faria correr rios de tinta das penas de certos analistas, peculiarmente ávidos de questões 'polemizáveis', como é, por exemplo o caso da controvérsia gerada, a nível do clero, a propósito da 'recomendação do voto'. Estranhamente a dimensão das poucas notícias surgidas sobre este assunto concreto, atinge os níveis mínimos desde Abril 74, conforme se poderá observar nas páginas seguintes.

A única hipótese interpretativa de tais factos, passível de certa verosimilhança e credibilidade, poderá levar em conta que os grandes órgãos escritos estrangeiros se encontram expectantes perante não só a audiência que a Eng.^a Pintasilgo terá com o Papa na ONU (e de cujos resultados é lícito supor que determinadas áreas políticas sofrerão o impacto condicionador) como ainda da própria intervenção que o Primeiro Ministro fará na Assembleia Geral, a qual trará, certamente, um qualquer coeficiente de clarificação à estratégia internacional portuguesa e, por extensão, à personalidade política do Chefe do Executivo.

.....



Figaro
21/9/79

L'Aurore 24/9/79

● Portugal : l'Eglise contre l'abstention aux prochaines élections

La hiérarchie de l'Eglise portugaise est engagée dans une importante campagne contre l'abstentionnisme dans la perspective des élections législatives du 2 décembre prochain. L'évêque de Porto, Mgr Antonio Ferreira Gomes a remis à la presse une brochure intitulée, « le devoir de voter ici et maintenant ». Il y est souligné que l'abstention est une « faute grave ». On a pu enregistrer un appel analogue de l'archevêque de Braga, tandis que plusieurs évêques du Nord du pays se sont, selon des observateurs, livrés à « une véritable croisade anticommuniste. »

Ces prises de position très conservatrices ont amené la presse de gauche à accuser l'Eglise d'appuyer ouvertement le front électoral de centre droit qui détient la majorité dans l'assemblée dissoute.

PORTUGAL

Retour du colonel Varela Gomes

Le colonel Antonio Varela Gomes, en fuite au Mozambique depuis le coup d'Etat manqué du 25 novembre 1975 fomenté par des militaires de gauche, est rentré samedi soir au Portugal. Le colonel, ancien directeur des services d'information de l'armée portugaise alors proches des communistes, doit se présenter aujourd'hui devant les autorités militaires.

Le Matin
24/9/79

LISBONNE

Amalia Rodrigues hospitalisée

Amalia Rodrigues, la grande vedette portugaise, a été la victime d'une crise cardiaque samedi, à Lisbonne. La chanteuse, dont l'état n'inspire aucune inquiétude, a cependant dû être admise dans un hôpital de la ville. Amalia Rodrigues, qui reste à cinquante-sept ans la reine incontestée du fado, devait commencer prochainement un tour de chant au casino d'Estoril.

La Houde Portugal 25/9/79

● LE COLONEL VARELA GOMES, ancien commandant des services d'information de l'armée pendant la période révolutionnaire, est rentré de Lisbonne en provenance du Mozambique, le dimanche 23 septembre, après trois ans d'exil. Le colonel Varela Gomes doit se présenter à l'état-major des forces armées. Considéré comme déserteur, il n'est pas certain qu'il puisse bénéficier de la loi d'amnistie votée récemment pour tous les crimes politiques et militaires commis depuis avril 1974. — (A.F.P.)

● LES PROCHAINES ELECTIONS MUNICIPALES ET LOCALES auront lieu le 18 décembre prochain, a-t-on annoncé dimanche 23 septembre, de source autorisée. Sept millions d'électeurs sont appelés à voter. Les élections législatives, quant à elles, se dérouleront le 2 décembre. — (Reuter.)

Financial Times
20/9/79

● PORTUGAL'S cost of living index rose 2.3 per cent last month for an annual inflation rate of 23.4 per cent.



AGRÁRIOS E GNR FIZERAM FESTA

— apesar da morte dos camponeses

Por MIGUEL REIS, enviado JN

Que aconteceu antecetem em Montemor-o-Novo? Que acontece agora no Alentejo? Estas são as duas questões fundamentais que os incidentes de quinta-feira e o posterior aproveitamento político suscitam, a propósito do que parecia ser apenas um lamentável acidente e de um momento para o outro, se transformou num assunto de primeiro plano.



A buca de uma resposta para eles foi a preocupação fundamental do repórter na deslocação que ordena organizando a terras alentejanas. Mas a acção é tão complexa e o desenvolvimento posterior das reacções políticas é tão emaranhado que terá de dizer-se ser ainda demasiado cedo para fazer um balanço definitivo dos incidentes e, muito menos, para concluir das suas consequências.

Há, no entanto, para já, alguns dados certos. Dos contactos realizados com trabalhadores, dirigentes sindicais e técnicos do Estado ficamos à conclusão de que o clima favorável ao desenvolvimento de incidentes tinha sido previamente criado pelas duas partes interessadas na questão da reserva do «Vale do Nobre».

Os trabalhadores da UGP «Santo Coaralves» encontraram na herdade em que seria marcada a reserva cerca de mil camponeses de cooperativas vizinhas e o proprietário

António Manuel Padeira Júnior fez e com a ajuda de algumas dezenas de proprietários da região, constituindo-se assim, à partida, dois grupos aptos para levar à prática a teoria da luta de classes que aparece agora glosada em todos os comunicados distribuídos ontem em Montemor. Só que os grupos desta vez tinham maior peso do que em casos anteriores, a paciência de ambos está mais gasta do que no passado e a GNR não usa, como em qualquer país civilizado acontece, meios de dispersão inofensivos, nem tem, comprovadamente, soldados com o sangue-frio que deve caber aos defensores da ordem pública. Depois de calor que envolveu uma discussão entre os trabalhadores e os agrários, a propósito de uma manada de vacas, torço chovito pedras de um dos lados, a seguir resposta semelhante do outro. E, aí, o comandante da força da GNR mandou dispersar, em condi-

ções que nada têm a ver com o interesse em pôr fim ao controlo. Depois de alguns disparos de aviso, ordenou aos soldados que «baixassem o tiro e rasar as cabeças». E, ou o pessoal está mal preparado — nota-se que o tiroteio decorreu em plena planície —, ou cumpriu-se o velho brocardo castrense «primeiro mata-se e depois avisa-se».

Os camponeses renderam-se à evidência de dois camaradas mortos e de dois feridos graves e foram dispersando depois da ameaça de que se não o fizessem, teriam a mesma sorte. Os camponeses e os guardas organizaram então no «monte» e festejaram a entrega da reserva com um festim a que, segundo testemunhas, não faltou a música de gira-discos e a patuacade que vai sendo hábito oferecer em tais circunstâncias às forças de ordem. Só que, desta vez, os bodes da festa não terão sido pagos apenas pelo reservatário. Uma pobre mulher que habita no «monte», Micaela Rosa Barreiros, de 52 anos, viu a sua casa invadida e queixou-se de que, para além de lhe retirarem os colchões, lhe roubaram uma panela de queijos, com que se terão banqueteado no festim...

Consequências imediatas

As consequências imediatas no incidente estiveram ontem à vista em Montemor-o-Novo. Uma grande amostra

de uma província paralisada, uns milhares largos de pessoas, gente do campo que vive miseravelmente e não tem nada a perder, manifestou-se directamente contra a força policial, indirectamente contra o Governo e, imediatamente, contra a lei vigente da Reforma Agrária que, apesar da contestação movida no início da sua vigência, o PCP vinha admitindo e acatando.

O que aqueles homens de camisa preta e aquelas mulheres em pranto ali manifestaram em perfeita comunhão foi sobretudo a vontade de evitar (para si) morte semelhante.

Agrários e GNRs promoveram festança no local do crime!

ÉVORA (do nosso correspondente) — Agrários e elementos da GNR fizeram uma festança, à noite, no monte da Herdade do Vale de Nobre, no dia do assassinio dos dois trabalhadores da Reforma Agrária.

Como as portas se encontravam fechadas, o grupo arrombou-as, arranjou colchões apreceito e tratou de comer e beber o que encontrou no monte e pertencia aos trabalhadores.

A cena foi presenciada pela trabalhadora Micaela

te. Nos seus rostos estampa-se o terror da fome que a Reforma Agrária ainda não conseguiu resolver e que a política que tem vindo a ser executada — aliás, em muitos casos, ao arripio da lei — amplia cada vez mais. Mas, mais do que isso, o que ali se viu foi o medo da morte que a intervenção desregrada das forças de segurança suscita. E isto dizemo-lo convictamente, depois de ouvir pessoas humildes e anónimas, que não sabem ler nem escrever, nem querem discutir política, mas que sabem que o PC é «o Álvaro Cunhal e o Sindicato» mas não sabem

Rosa Barreiros que reside no monte onde prepara as refeições dos ganadeiros da cooperativa.

Naquela noite, Micaela preferiu, por uma questão de segurança, dormir no alpendre do forno. Pensa, agora, que foi a sua sorte. Ainda na véspera dos incidentes, a trabalhadora fora contactada por elementos da GNR que a interrogaram sobre os dirigentes da cooperativa que seria atacada. Ameaçaram-na, então, com prisão, caso não colaborasse.

DIÁRIO 1 OUT. 79



ASPECTOS CHOCAANTES NA TRAGÉDIA

Aliança quer saber se Eanes aceita e é cúmplice do PC

“É preciso que se saiba se o gen. Ramalho Eanes aceita e é cúmplice do domínio do PCP no Alentejo e na chamada “cintura industrial” de Lisboa e se se resigna sem protesto à respectiva política de intimidação e violência, ou se exercerá a sua actividade e usará os seus poderes para garantir a todos os cidadãos o inteiro exercício dos seus direitos”, pode ler-se no comunicado ontem distribuído no final da reunião do Conselho Coordenador da Aliança Democrática. Depois anuncia que para dele obter essa garantia, os partidos da AD solicitaram ontem uma audiência extraordinária.

No entanto, acrescenta-se, “qualquer que seja a resposta do gen. Ramalho Eanes a Aliança Democrática não basta”. O comunicado atenta à evolução dos acontecimentos”, comprometendo-se “solenemente a lutar até ao limite das suas capacidades

em defesa da democracia em Portugal”. E conclui-se: “Esta não é uma promessa vã”. Para o conselho coordenador ontem reunido com delegações do PSD, CDS e PPM, presididas por Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Telles, os recentes acontecimentos no Alentejo “vieram mais uma vez pôr em evidência o estado de permanente insurreição contra a autoridade e a unidade do Estado que se vive no Sul do País”.

Assim, mais adiante, o comunicado refere que “as duas trágicas mortes do Alentejo, que a Aliança Democrática profundamente lamenta, devem atribuir-se em exclusivo à política revolucionária do PCP e aos seus propósitos nunca abandonados de liquidação da ordem democrática”. Afirmando a seguir que desde a promulgação da Lei de Bases em 77, “e já quatro Governos se sucederam depois da sua

promulgação, nunca se haviam verificado incidentes tão graves como aqueles que acabam de ocorrer”, conclui-se então: “Foi precisa a nomeação de um Governo apoiado pelo PS e pelo PCP para que se chegasse a tais extremos”.

Em relação ao silêncio que o Presidente da República mantém, recorda-se que “em 1976 jurara ele “libertar o Alentejo”. Hoje sabe-se que Eanes não cumpriu”. Para a Aliança, contudo, o PR “não deve e não pode continuar indiferente ao desafio que o PCP lançou à autoridade do Estado, perante o qual a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo já capitulou”. Além disso, o comunicado afirma que “os portugueses exigem que lhes sejam asseguradas a ordem e a tranquilidade públicas, para que a próxima campanha eleitoral decorra em paz e segurança para todos e em toda a parte”.

29 de Setembro de 1979

o diário

A reacção joga, desesperada, cartas que não fazem parte de um baralho limpo e sério. Procura o jogo sujo que evite a derrota inevitável. O comunicado da Aliança Reaccionária, ontem emitido, é uma grosseira demonstração de desespero e falta de vergonha.

A resposta impressionante dos trabalhadores portugueses e das forças democráticas ao crime de Montemor é, contudo, avassaladora. A serenidade do protesto e a firmeza de posições, a confiança indómita na democracia e na justiça são bem a expressão da vontade nacional contra os inimigos do povo.

QUEM MANDOU DISPARAR ?

O comunicado final da reunião ontem havida da cimeira da Aliança Reaccionária (pág. 28) é, antes de mais, um insulto ao Presidente da República. E é, além disso, uma grosseira provocação bem própria de quem demonstra não estar verdadeiramente interessado nas eleições — que sabe ir perder — mas sim na desestabilização do regime democrático. É um novo elo da já antiga cadeia de manobras e conspirações em que PPD e CDS se têm envolvido desde há muito. É a confissão da derrota eleitoral inevitável.



Fundação Cuidar o Futuro

veas). Pinto Ângelo (presidente da Câmara, que leu uma mensagem do general Vasco Gonçalves), Augusto Carreto (UJC), Paula Carvalho (UCP «25 de Abril») e António Gerónimo (PCP). As primeiras palavras foram, por sistema, declarações de homenagem aos mortos e de repúdio pela acção das forças policiais. Mas o grosso dos discursos — proferidos assim em jeito de juramento de sangue — foi a propaganda da política agrícola do Partido Comunista e o apelo à luta pela sua consecução. Tudo organizado, como é habitual nas iniciativas do PCP: o palco pronto, as equipas de segurança, o discurso preciso, a mobilização permanente. As 3 e meia da tarde, a maioria dos milhares de

ra uma Catarina Eufémia. Doravante, passará a ter uma Sábua afirmação para significar o paralelismo perfeito entre os factos e a sua promoção a nível nacional geradora de efeitos positivos, mas insensível sentença para resumir o que se passou ontem na vila alentejana.

tório da vila, em cuja casa infortunada se guardaram os cadáveres dos infelizes António Maria Casquinha, de 17 anos, e João Geraldo Caravita, de 57 anos. Vieram em tractores e em camionetas, de herdades de todo o distrito, e empunhavam bandeiras pretas condecoradas com roupa da mesma cor. Por entre murmúrios funebres, ouvia-se, como em câmara de eco, a palavra «assassinos!» e, aqui e além, em grupaculpa, manifestações de ódio à força policial.

Familiares dos mortos, apoiados por populares, foram levados entre choros para o largo principal da vila, onde haveria de realizar-se um comício. Faltaram aí José Cartaxo (CGTP/IN), Manuel Vicente (Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas), Juvenal Marques (UCP «Bento Gonçal-

o, ontem convocada pelo PCP e pelos sindicatos agrícolas para Montemor-o-Novo.

Para além das conversas políticas

Como nos dizia um montemorense, o PCP tinha até ago-

o que é o comunismo, que só se confundem (ou se arrebatam) com o PC porque é o partido que na Aliança está entremetidamente a frente na mobilização popular.

Foi esse grito de dor, de medo e de luta pela sobrevivência que reuniu milhar na Praça Maior de Montemor-o-Novo milhares de camponeses a gritar contra a GMP, o Governo e os agrários, feitos papões empilhados, à vista das suas próprias pancotas.

É esse grito sem resposta o motor de uma vaga desmobilizadora do país, dedicada a toda a flutuação, pelas consequências que introduz no próximo debate eleitoral.

Montemor de negro

Ao meio-dia, era já um mar de gente junto ao cemitério

baixadores aglomerados no largo não tinha ainda começado a preparar-se para avançar para uma manifestação de silêncio e luta que, da seguida, percorreu algumas ruas da vila. Foi perto o passo mais emocionante da concentração

Para além das questões políticas introduzidas ontem por comunicados e discursos, a matéria de facto dos acontecimentos de ontem continou na ordem do dia. As pessoas comentavam os passos da tragédia, fundadas nesta ou naquela testemunha, ou também na sua presença no local e levantavam as mais variadas interrogações acerca de pequenos pormenores sobre os quais persistem dúvidas.

Houve quem nos dissesse que eram umas centenas os agricultores que compareceram na entrega da reserva acompanhando o proprietário Padeira Júnior. Mas isto, segundo declarações de um dirigente do

Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, Manuel António Vicente, não tem fundamento. Haveria, sim, uns vinte agrários e cerca de doze guardas republicanos fortemente armados, enquanto do lado dos cooperantes estavam já às 8 horas uns mil trabalhadores de outras cooperativas que, aliás, aproveitaram uma parte da manhã para apanhar cinco hectares de milho semeados na herdade.

O dirigente do Sindicato disse que a solidariedade dos trabalhadores das outras cooperativas se deve ao facto de estar em causa a entrega de uma reserva legal nos termos da «Lei Barreto», já que o

proprietário possui uma outra propriedade com cerca de 300 hectares em Alentejo do Sul e, naquela, a do Vale do Nobre, não tinha direito a qualquer reserva porque, quando foi ocupada, estava inculta há vários anos. O proprietário, com quem não conseguimos falar, porque não se encontrava no «monte» quando ali chegámos, ao princípio da tarde, parece desmentir esta versão, negando ter outra herdade. Não foi, no entanto, esta a causa directa dos incidentes, já que, no que dizem diversas testemunhas os trabalhadores não impediram o acesso dos técnicos do CARRA nem do proprietário ao «monte».

QUEM É RESPONSÁVEL?

Por FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

A MORTE de dois trabalhadores rurais no acto da entrega da reserva do Monte do Nobre ao seu proprietário, perto de Montemor-o-Novo, vem revelar na sua crueza trágica o clima de guerra civil e de violência que continua a dominar a terra alentejana.

Como o Governo evidencia com acerto na sua nota oficial, para além da morte injusta e desgraçada de dois trabalhadores, há que repudiar a atitude de violência ilegal que foi a causa verdadeira dessa morte.

Não parece justo acusar a G.N.R. sem um apuramento exacto da verdade. Os soldados da G.N.R. são homens do povo português e têm o mesmo direito à vida e à integridade física que devem ter todos os cidadãos deste País.

dos factos conhecidos parece resultar que houve um ataque à G.N.R. quando esta tentou recolher o gado pertencente à reserva. E que a G.N.R. foi atacada a tiro, encontrando-se um fipó com numerosos impactos de balas.

Terá sido excessiva a reacção da G.N.R.? É possível. Como também é possível que não tenha havido a precaução elementar de fazer tiro baixo.

Mas quem envolveu os trabalhadores rurais em actos de resistência à lei foi o seu verdadeiro assassino. Uma lei que não se cumpre e um Estado que renuncia a fazê-la cumprir são o dobre de finados de uma situação democrática de direito. É muito político falar de diálogo mas porque não vão os políticos que pensam que o diálogo substitui a G.N.R. proceder por essa via à entrega de reservas? E se verificarem a impossibilidade do diálogo, ou que existe uma força política que domina os trabalhadores e proíbe o diálogo, qual é a solução? Bastará em Portugal amotinar-se gente para que a lei não exista?

Estas são as perguntas que é necessário fazer. Dois homens morreram, talvez estúpida e injustamente. Mas, para além do facto brutal e doloroso da sua morte, há que encontrar as causas, e denunciar os factores da violência, talvez voluntariamente provocada. O corpo de dois homens foi carne de canhão. Ao serviço de um ódio alimentado, de uma cega resistência a um imperativo legal.

Quem devemos acusar? Os que recebem a missão ingrata de cumprir a legalidade ou os agitadores que reclamam o direito de a ela se oporem?

Como diz o comunicado do Primeiro-Ministro não podemos aceitar «o clima de violência que sob muitas e disfarçadas formas a tais extremos conduz». E devemos, ao protestar contra a morte dolorosa de dois trabalhadores, repudiar «as tentativas de envolvimento dos portugueses, em acções que tendem a alterar a convivência pacífica entre todos».

Sangue da Reforma Agrária tinge as mãos da direita

De luto pelos seus filhos a gente de Montemor tem consciência de que os verdadeiros assassinos são os dirigentes da reacção, os políticos do PPD e do CDS que, dia após dia, têm exigido a destruição da Reforma Agrária e apoiado as acções repressivas contra ela desencadeadas. Os montemorenses exigem a punição dos responsáveis da GNR, mas sabem que atrás deles se escondem os autores intelectuais da tragédia.

1 de Outubro de 1979

...mas que mais
... que as manobras da reacção
...-vamos-se, estupidamente, para apresentar os agressores como vítimas e vice-versa.

O Governo também não foi poupado. Nas críticas que lhe faziam — e são muitas — avultava uma muito grave. Os trabalhadores da Reforma Agrária e, de modo geral, as populações do Alentejo não perdoam ao Governo aquilo a que chamam a sua cómoda posição de espectador. O comunicado do Conselho de Ministros, considerado ambíguo, foi mal aceite, assim como a nota divulgada pelo ministro da Agricultura e Pescas.

No Escoural todos queriam saber se o Governo estava oficialmente representado no funeral. A ausência de uma delegação governamental reforçou as críticas.

Essa atitude de distanciamento, de recusa em reconhecer o crime e manifestar com clareza a sua solidariedade às vítimas de um assassinio repugnante não favorece a imagem de uma equipa que se instalou, prometendo o diálogo e falando de um novo humanismo. O retraimento oficial é interpretado como resultado de um temor permanente das pressões da reacção, isto é das forças responsáveis pelo sangue derramado. Ora não se defende a democracia capitulando perante os seus inimigos.

A RTP, a RDP foram acompanhadas como nunca e os jornais estatizados lidos com a maior atenção. E o balanço é amplamente negativo. A RTP-1 deu pouca coisa o mal. A RDP, em alguns noticiários, foi mais objectiva, mas globalmente não conseguiu fugir a uma preocupação de

“equidistância” — comportamento que os trabalhadores alentejanos e todas as forças democráticas consideram uma afronta, pois serve os fins de quem mandou assassinar. Invocar o pluralismo para lavar as mãos perante o crime de Montemor é uma atitude inaceitável. Não há neutralidade possível quando a direita mata. Daí também a repulsa absoluta pelo editorial de alguns jornais estatizados. No Alentejo compreende-se que as folhas fascistas se comportem como tal. Mas repudia-se o destaque dado por jornais como o “Diário de Notícias” às versões provocatórias divulgadas pelos oficiais da GNR que, pelo seu envolvimento no crime, vão ser alvo do inquérito. O título da 1.ª página chocou o Alentejo inteiro. O antetítulo da reportagem (“GNR viu-se obrigada a responder ao ataque”) suscitou indignados comentários.

“Dizer que os trabalhadores estavam armados e dispararam é uma infâmia. E quem a propala iguala-se aos que mataram a nossa gente” — dizia-se com amargura no cortejo fúnebre. O artigo do director da “Capital”, na sexta-feira, desencadeou ainda maior indignação. É um texto na linha do comunicado da Aliança Reacionária e do seu nível ético. Com algumas passagens sublinhadas, passava de mão em mão, na câmara ardente, na madrugada de sábado. Nesse artigo o autor afirma, concretamente, que “dos factos conhecidos parece resultar que houve um ataque à GNR quando esta tentou recolher o gado pertencente à reserva”. E adiante escreve que dois homens foram carne de canhão “ao serviço de um ódio alimentado, de uma cega resistência a um imperativo legal”.

Uma trabalhadora da “Bento Gonçalves”, entugando os olhos junto das urnas, fez um comentário que traduziu bem o que o Alentejo sente diante da desinformação pensada e da instrumentalização do crime: “E o homem que escreve está vergonha é candidato da Aliança do PPD com o CDS. Vejam o que tal criatura escreve. É um aviso para o Alentejo. Votar na Aliança seria o mesmo que votar nos assassinos do António e do Caravela”.

A reacção alimenta ilusões se pensa que encontrará apoios fora do mundo corrompido dos agrários. O crime de “Vale Nobre” afastou dela até as pessoas — principalmente pequenos comerciantes e agricultores — que nunca estiveram com a Reforma Agrária. O sangue do António e do Caravela tingiu indelévelmente as mãos da direita.



Fundação Cuidar o Futuro

... para perpe-
tuar dos agrários e o império

Que o Primeiro-Ministro saiba que é importante ir a Nova Lorque, mas que é indispensável ir a Montemor-o-Novo.

Que o Presidente da República saiba que é importante visitar o Barredo, mas que é indispensável visitar o Alentejo, ouvir os camponeses, viver com os camponeses.

Que o general comandante da GNR saiba que a defesa das novas instituições democráticas e da legalidade democrática exige a democratização da Guarda Nacional Republicana e que a força que foi criada para defender a República não pode ser a nova «Guarda Municipal» dos agrários e dos industriais.

Os factos são graves. É preciso suspender a restauração agrária. É preciso desarmar o ódio reaccionário. É preciso construir «um país mais livre, mais justo e mais fraterno». É preciso cumprir Abril.

AS FORÇAS MILITARES E MILITARIZADAS

A democratização das forças militarizadas, a educação moral, cívica e política dos seus membros, não foi promovida satisfatoriamente. As notícias que há meses nos chegam do Alentejo deixavam prever os trágicos acontecimentos de ontem. O comportamento arrogante, as atitudes de desafio, os insultos mais soezes, os grosseiros comentários de inspiração reaccionária, revelavam, com uma alarmante frequência, uma mentalidade incompatível com o serviço nas fileiras de uma corporação que tem a missão de defender esta República e esta Constituição.

Os inquéritos que não chegam a conclusões, as acusações que não dão lugar a inquéritos, as «ordens», as «missões», enquadradas por superiores que não revelam uma grande simpatia pela nova «ordem constitucional», — tudo concorreu para criar a atmosfera de exaltação e a falta de controlo que não explicam, nem são justificação, para que se tenha feito fogo sobre os trabalhadores.

As forças militarizadas — concretamente a GNR — terão que rever a sua atitude e os seus métodos. Terão que ser educadas na escola da democracia, no respeito pelos cidadãos, no respeito pela dignidade humana, no conhecimento da Constituição da República, no espírito de Abril. Terão que ser democráticas. Terão que ser socialmente úteis.

Maria de Lurdes Pintasilgo fala da utilização da espingarda militar. A ideia merece aplausos. Mas o que é mais importante e o material que se armazenou para enfrentar. Bem se poderia tirar dele rendimento duplo, o do trabalho realizado, o de imprimir às Forças Armadas uma nova mentalidade. Por essa via se daria sentido à noção de «serviço nacional» e aos militares a consciência de estarem prosseguindo a jornada iniciada em 25 de Abril. E, no Alentejo, em vez de se apresentar como uma força repressiva, em vez de ser o agente da restauração do poder dos agrários, a GNR poderia ajudar os camponeses, defender as searas de incendiários, impedir o contrabando de gados, cooperar no trabalho produtivo.

A Revolução de Abril não se fará contra os trabalhadores. Não se fará com atitudes repressivas. Nem com tecnocratas. Nem com burocratas.

AINDA A BUROCRACIA

A explicar a repressão e o sangue no Alentejo, afoga-se que se estão executando entregas de reservas decididas nos tempos de má memória de Apolinário Vaz Portugal. A burocracia cega, a tecnocracia impávida, cumprem. E a lei. As balas fazem o resto.

Disse, há dias, Maria de Lurdes Pintasilgo: «... um Governo de poucos meses como é este luto, para além da boa vontade visível dos funcionários, com o inimigo que permanece ao inconsciente da máquina administrativa, e que é justamente o receio de uma aventura que vai durar muito pouco tempo.»

Ao seu Governo se referia Maria de Lurdes Pintasilgo. Mas não só à breve aventura deste Governo, como à própria Revolução de Abril, se poderia referir. O aparelho do Estado, as estruturas burocráticas centrais, estão dominadas por «tal inconsciente da máquina administrativa». Algumas vezes, essa resistência, essa lentidão burocrática, é uma mentalidade de classe, a constante referência aos condicionamentos legais e a rotina; traduz a consciente vontade de enterrar a acção governativa. Nalgumas repartições e secretarias o «inconsciente da máquina administrativa» reflecte a consciente decisão de sabotar a mudança, de obstaculizar a rebovação democrática, de adormecer a vontade democratizadora.

E o que se passa no Ministério do Agricultura e Pescas...



Versão da GNR desmentida em Montemor

O comandante das forças da GNR que actuaram na unidade colectiva «Berito Gonçalves», de Montemor-o-Novo, disse hoje à ANOP que os seus homens se viram obrigados a responder a tiro e pedradas da parte dos trabalhadores agrícolas.

Depois de recolhidas as vacas e de estas já — encontraram na herdade, afirmou o oficial da Guarda Republicana, «os técnicos do ex-CRRA que procediam à entrega, acompanhados pela GNR, foram alvo de um tiro intenso e pedradas, donde resultaram ferimentos leves em oito pragas e um impacto de bala numa viatura da corporação».

«A GNR foi obrigada a reagir e para se defender fez alguns tiros para o ar»

— acrescentou.

O oficial da GNR disse ainda que os trabalhadores teriam continuado a disparar «e a aproximarem-se tentando cercar as forças».

Estas, prosseguiu, «fizeram mais alguns disparos, os quais foram fazer alguns feridos entre os trabalhadores que se encontravam mais afastados, a cerca de 100 metros».

De acordo com o mesmo oficial, foi solicitado aos bombeiros de Montemor-o-Novo que levantassem dois trabalhadores que já não apresentavam sinais de vida, mas os voluntários recusaram-se a fazê-lo.

Cerca das 18 horas, os dois assaltados agrícolas mortos a tiro aguardavam no local a chegada do delegado de saúde.

DESMENTIDOS

Os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo desmentiram ontem à noite uma informação veiculada pelo oficial da GNR presente nos incidentes da UCP «Berito Gonçalves» segundo a qual se teriam recusado a levantar «dois trabalhadores que já não apresentavam sinais de vida».

Os bombeiros disseram, esperando a intervenção dos militares, que se recusaram a levantar os dois mortos a do juiz, tendo imediatamente conduzido os cadáveres ao hospital.

A Associação dos Bombeiros já manifestou a sua «indignação» pela

versão da GNR junto do Secretariado das UCP's, tendo recebido desta, segundo afirmou, «elogios pela sua actuação».

Também ontem os médicos polí-clínicos de Montemor-o-Novo desmentiram que elementos da GNR tenham sido feridos nos incidentes.

Em declaração prestada para a agência ANOP, por telefone, polí-clínicos em serviço naquele concelho esclareceram que «os únicos mortos e feridos foram trabalhadores rurais».

«Os Bombeiros Voluntários recusaram-se a recolher os corpos visto estes estarem já cadáveres, de acordo com a legislação em vigor» — prosseguiram, ao comentarem afirmações de um oficial da GNR.

o diário 2 de Outubro de 1979

CAPITÃO FARIA E SARGENTO MAXIMINO CONHECEM ASSASSINOS DE MONTEMOR

— AFIRMA UCP'S

O sargento Maximino e o capitão Faria da GNR conheceram as identidades dos assassinos de José Geraldo Caravela e António Casquinha — afirma o Secretariado Distrital de Évora das UCP's e Cooperativas, em comunicado divulgado ao fim da tarde de ontem.

Um dos presumíveis autores do crime de Montemor é o praça João Gomes — ainda segundo o mesmo Secretariado — que residia numa herdade do Escoural e desapareceu após os acontecimentos de Vale Nobre.

O comunicado do Secretariado Distrital divulga também os nomes dos técnicos do MAP que participaram na tentativa de roubo da vacada e, mais tarde, na festança com agrários e GNRs, no monte de Vale Nobre.

Trata-se de Feres da Costa, Cortes Correia, António Braga e Mexia de Almeida. Este último apresentou-se ao serviço, no dia seguinte, ainda bêbado. Alguns dos outros nem sequer se apresentaram ao serviço...

Dias antes do duplo assassinio, Mexia de Almeida, filho de um agrário que recentemente recebeu uma reserva em Pavia, solicitou aos serviços do MAP licença para participar em todas as entregas de reservas que ocorressem durante este mês.

Não sou de direita ou esquerda mas adepto da democracia aberta

— afirmou Ramalho Eanes em entrevista
a "O Comércio do Porto"

«Quando me perguntam se sou de direita ou de esquerda, só apenso ser adepto de uma democracia aberta, reformulada no sentido lato do termo. Os problemas prioritários do País é que têm a ver com as condições de vida dos Portugueses terão de encontrar uma solução perante a qual muitas vezes todos estão de acordo mas cujos caminhos de execução cada um verá de maneira diferente. Não sou, nem nunca fui, um revolucionário», declarou Ramalho Eanes em entrevista concedida à jornalista Isabel Jones, de «O Comércio do Porto». Num outra passagem da entrevista, o Presidente confessa que «a minha deformação ética militar me fez entrar para a vida política mal preparado».

A uma pergunta da jornalista sobre «se se sentia desiludido», Eanes respondeu: «Em parte, sim.» E acrescentou: «Sempre tentei resolver as questões pragmáticamente. Na área militar a decisão e a execução consequentes encadeiam-se. A decisão é julgada pela execução e seus resultados (...) Na acção política, a acção e a execução estão menos correlacionadas com a decisão. A ética é, muitas vezes, preocupação ausente». E, mais adiante: «Sempre pensei que há que nos afastarmos da guerrilha ideológica em que se tem vivido, em detrimento da resolução dos problemas fundamentais do povo português (...) Entendo ser necessário resolver primeiro as carências, as necessidades fundamentais, e, depois, escolher-se os modelos de sociedade em que queremos viver. Um homem com fome não quer discutir o modelo de sociedade. Quer conseguir um pedaço de trabalho. Um cidadão sem emprego não quer discutir o modelo de sociedade. Quer que lhe dêem um tecto».

O Presidente e os Governos

Outra questão posta a Ramalho Eanes foi a da sua posição como Presidente, face aos Governos constitucionais — e esta a sua resposta: «A mim cabe-me nomear Governos e cabe-me depois, quando porventura não tem a minha confiança política, demiti-los. Mas nem sequer tenho nada a ver constitucionalmente com o programa».

O Governo faz o programa que é a sua carta de conduta política e não o submeto a mim. De maneira que a interferência no Executivo é limitadíssima. O que significa que a capacidade constitucional do Presidente para resolver os assuntos é também limitada. Mas a maioria da população portuguesa é que não entenderá bem esta explicação. As pessoas elegeram um homem para gerir os seus destinos, para a resolução das carências quase primárias, como a saúde, a alimentação, a habitação. A verdade é que, pela força da própria limitação constitucional, esses problemas são resolvidos noutros centros. E, completando o seu pensamento: «Na minha área, naquilo que é fundamental, que é essencial, nas grandes linhas que se situam dentro da minha competência, no entanto e apesar de tudo, tem-se cumprido. Com grandes dificuldades e de uma maneira incompleta com certeza...»

«Se a Aliança ganhasse...»

Outra das afirmações feitas por Eanes, no decurso da sua «conversa informal» (bem como da dr.ª Manuela Eanes) com a jornalista daquele matutino português, que com outros passou a ser «conversa informal», foi a de que «se a Aliança ganhasse eu não posso persuadir um Gover-

so a executar e até porque o Governo pode ter acerca dos problemas principais e respectivas soluções, perspectivas diferentes, é evidente que esses problemas podem não se resolver sempre».

Embora ao longo de toda a entrevista poucas alusões haja às próximas eleições, Eanes declarou, a certa altura, que «se a Aliança ganhasse formaria Governo. A sua manutenção dependeria da confiança presidencial. Poderia, pois, ser demitido, como qualquer outro, caso revelasse uma prática política incorrecta».

Relações com África

Para Ramalho Eanes, «Portugal está ligado à África por uma multiplicidade de interesses. Nela assumem já relevo significativo as trocas comerciais. É evidente que se elas interessam à Nação interessam também, e imediatamente, aos indústrias e comerciantes. Sendo assim, não deixa de ser incompreensível a aversão manifesta e mesmo manifestada por sectores político-partidários, em que um número significativo daqueles se situam». Na opinião do Presidente e concretamente no caso de Angola, «as posições poderão ser opostas de que interferem negativamente no desenvolvimento de uma cooperação que interessando à Angola, interessa também, e bastante, a Portugal e ao seu próprio projecto de inserção europeia».

Finalmente, e falando das acusações ou reacções à personalidade de Maria de Lurdes Pintasilgo, Eanes diria: «Será uma católica de esquerda, mas o seu projecto de solidariedade para com os oprimidos nem sempre foi entendido».



CDS comenta declarações do PR

«Quebra de neutralidade» de Ramalho Eanes revela posições «incorrectas e inaceitáveis»

O DIA 2 OUTUBRO 1979

As recentes declarações do Presidente da República acerca da Aliança Democrática, vindas a lume numa reportagem jornalística sob o título «Uma tarde com a família Eanes», levaram agora o CDS a emitir um comunicado, em que dá conta do seu «espanto e indignação» perante o teor das palavras presidenciais, que têm «o significado político de uma tomada de posição contra a A.D. e representam «uma quebra de neutralidade» reveladora «de posições politicamente incorrectas e eticamente inaceitáveis».

Afirmando que a citada reportagem poderia «ser integrada numa campanha de propaganda presidencial ou para eleições presidenciais,

quando «o certo é que o País está em vésperas de eleições legislativas», o comunicado centrado defende que, nestas condições, se torna «legítimo esperar que o PR, nas declarações públicas que entende dever fazer, saiba respeitar minimamente a neutralidade política que ele próprio considerou atributo indispensável, tanto à prática política do V Governo como à sua própria».

«Foi pois com espanto e indignação — prossegue o documento — que o CDS tomou conhecimento de ter o PR declarado no passado dia 28 que «se a Aliança ganhasse, formaria Governo. A sua manutenção dependeria da confiança presidencial. Poderia, pois, ser demitido como qualquer outro, caso

revelasse prática política incorrecta».

E o CDS acrescenta: «Esta declaração, formalmente correcta quanto ao seu conteúdo, reveste-se de profunda e grave incorrectão se atendermos à que o PR pretende influenciar o eleitorado, expressando como hipótese remota a vitória eleitoral da A.D.; desde que foi eleito nunca o PR produziu declaração semelhante, amesquidando desde já com a demissão um futuro Governo, cuja existência apenas depende da vontade do povo português; essa demissão seria justificada pelo que apelidou «prática política incorrecta», embora não fosse preciso e significado desta expressão dúbida. Como poderá ser incorrecta a prática política

de um governo oriundo de uma maioria parlamentar livremente eleita e governando segundo um programa previamente aprovado pela AR que fiscalizará a sua aplicação? A declaração feita, pouco antes do início da campanha — conclui-se — tem o significado político de uma tomada de posição contra a A.D. e, consequentemente, representa uma quebra de neutralidade que o PR deve ter e manter, que se compoz em afirmar e recomendar».

Depois de afirmar que o CDS «não pode deixar passar em claro esta inélciz declaração do general Ramalho Eanes», o comunicado sublinha que «seria preferível se o PR se preocupasse mais com a insubordinação civil que

parece crescer no País desde que o V Governo entrou em funções, de modo a que a voz do Povo se possa fazer ouvir em 2 de Dezembro, sem excitações nem tumultos, e menos com a sugestão e misteriosa «prática política incorrecta» de um Governo ainda inexistente, oriundo de eleições ainda por realizar, mas que, felizmente, já constitui a esperança da grande maioria dos portugueses».

«Um futuro governo da AD — finaliza o CDS — deverá manter relações construtivas com o Presidente da República, em nome do interesse nacional. O CDS considera que este gesto do general Ramalho Eanes contribui objectivamente para dificultar essa finalidade».

PESSOAS



SILVA COSTA, o «homem do Presidente» para a Informação, em cuja missão têm sido postas à prova a sua extraordinária capacidade de trabalho e a sua expe-

riencedíssima competência, está neste momento, a fazer lê em notícias publicadas na imprensa, com relevo para o «Expresso», muito preocupado com a imagem do general Ramalho Eanes, o que, de resto, não pode causar estranheza. Essa preocupação situar-se-ia na perspectiva da recandidatura do actual Chefe do Estado nas eleições presidenciais do fim do próximo ano, para o que

Belém estaria a contactar vários especialistas ligados ao sector da Comunicação Social, com o fim de se constituir uma equipa encarregue de difundir a imagem de Eanes. O respectivo coordenador será, obviamente, o brilhante jornalista escolhido pelo Presidente para seu portavoz oficial e, quanto a nomes de contactados, apenas foi referido, até agora, o de António Ramos, administrador da ANOP.

TEMPO 27 SET. 79

OBRAS — Existem indícios de que, finalmente ciente da falta de apoios políticos que para o efeito lhe confirmam o indispensável suporte, Ramalho Eanes terá desistido de se recandidatar nas futuras eleições presidenciais. Um desses indícios são as grandes obras de remodelação que estão a ser efectuadas na casa do Bairro da Mãe de Deus, onde o casal Eanes residia antes de se «transferir» para o Palácio de Belém.

As visitas do Presidente

E por falar da 4.ª-feira do Presidente da República, as pessoas de melhor memória não puderam deixar de se recordar que uma semana antes do início da campanha presidencial, o general Ramalho Eanes fez uma visita ao Porto, começando exactamente pela zona da Ribeira, pelo Barredo, onde teve o seu primeiro contacto directo com o povo. E, daí, partiu para o Paço Episcopal, onde foi recebido e conversou com D. António. Nesta 4.ª-feira Eanes também andou por aí — só que o encontro com o bispo do Porto, que tem uma sabida admiração ou consideração pelo Presidente, se deu noutra local e noutras circunstâncias. Coincidência?

O DIA 1 OUTUBRO 1979

Eanes e a Igreja

O general Ramalho Eanes acaba de fazer uma estância no norte do País, passando dez dias com a família precisamente no coração de mais católica das regiões portuguesas, da qual há pouco mais de quatro anos partiu o movimento nacional e patriótico que permitiu erguer um regime democrático e liberal em oposição ao marxismo-leninista que se pretendeu impor à sombra dos espadas, apoiadas por forças antidemocráticas e portadoras de projectos roubados ao inconsciente nacional.

Considerada como um «curto período de férias», inicialmente previsto para o Algarve, a sua vigeletura foi aproveitada pelo Presidente da República para determinados contactos políticos e preenchida em parte com visitas, que o levaram a cruzar constantemente as estradas em jornadas que visaram, indiscutivelmente, refazer uma imagem muito danificada, especialmente junto do clero e do povo. E não faltou, mesmo, uma ressaltante visita num matutino português, por sinal aquele que maior implicação tem nos meios conservadores portugueses.

Neste «regresso» ao velho Conde de Portugalense, perante os olhos do Reino cristão, ao percorrer os caminhos de D. Afonso Henriques, o general Ramalho Eanes teve, porém, uma preocupação maior: apresentar aos bispos, justamente aqueles que lhe fizeram ouvir a sua voz a denúncia a impossível conciliação entre o marxismo e o cristianismo, o critério da escolha do actual Governo, contendo a sua expo-

sição um apelo implícito à compreensão pelo «status quo» e à sua não inviabilização. Esta atitude presidencial foi interpretada, por círculos do Norte, como um pedido aos preiados para «amortecerem» o teor das suas homilias de esclarecimento e orientação dos fiéis.

Portanto, certamente os bispos que já se pronunciaram sobre a missão do Povo de Deus que o Chefe do Estado convidou para refeições privadas: o arcebispo Primaz de Braga, o bispo do Porto e D. Francisco da Mata Mourisca. A «doutrina» do general Eanes é a de que escolheu a ang. Lurdes Pintassilgo por considerar que qualquer outra escolha poderia implicar a destruição do PS, partido que, na sua perspectiva, serve de «amortecedor» entre a direita, representada pelo PSD, CDS e PPM, e o Partido Comunista. Quer dizer: segundo a sua teoria, o Presidente acredita mais no seu critério do que no do voto, que deverá resolver as questões que se põem aos portugueses.

Na época do Chefe do Estado, teríamos assim, um PS a servir de «amortecedor» entre os extremismos. Ora, sucede que esse papel é desempenhado pela social-democracia, como se tem verificado em muitos países europeus, e não poderá objectivamente ser reivindicado pelo PS no caso português, já que se trata de um partido marxista e não social-democrata, embora algumas vezes, por motivos táticos — e não se esqueçam os inestimáveis serviços que presta à causa das liberdades —, se tenha identificado na prática com a social-democracia. Portanto,

o Presidente da República, ao «vender» a imagem do PS, está a procurar «impor» um partido que, para si não de não ser social-democrata, defende soluções que, devido à sua inspiração marxista, são totalmente incompatíveis com a doutrina de Cristo.

Os círculos católicos e democráticos do Norte mostram-se surpreendidos com o objectivo das diligências feitas pelo general Eanes junto da hierarquia da Igreja, tanto mais que muitos dirigentes socialistas não só se demarcaram abertamente das posições assumidas por alguns bispos no que respeita à incompatibilidade do marxismo com o cristianismo, como em alguns casos as têm classificadas como «integristas e reacçãoárias», expressão ainda ontem utilizada pelo dr. Mário Soares. Não se espera, claro, que os Pastores se queiram de orientar os fiéis, como se esse mesmo convívio de que se ouvirá repetir em uníssono por todo o País para denúncia de inábil conciliação da doutrina da Igreja com o marxismo. De resto, de harmonia com o Vaticano II, a Conferência Episcopal terá de se pronunciar, como se verificou em quase todos os países do mundo, isto não impedido que, individualmente, os bispos o façam. Mas a posição ficou, por certo, bem clarificada nos encontros que o Presidente da República quis ter com alguns prelados no preciso momento em que a Igreja tem uma importante missão a cumprir como única força espiritual de que dispo-

A. F.



A crónica de NUNO DE SAMPAYO

Berta dos pés grandes



eitor amigo, para este voltar melancólico do Outono, em que o vinhedo se tingiu de roxo e de rubro, tomba o silêncio dourado das folhas mortas, e com o estrondo de um pano que se rasga bandos de pássaros abalam subitamente — andei meditando, com vagaras e regalos, uma crónica erudita, de título lapidário, sobre a montanha — nossa Senhora e nossa Protectora, Vesúvio tão erguido e ovante que logo no primeiro discurso, na primeira erupção, lançou, expeliu, convicta e maciça: "Aqui estou eu, finalmente, para governar, para triunfar!" — E Cópua Pompeia, Herculano, quaderam sob espessuras de cinzas, desmornadas, soterradas.

Deixemos porém o Império a Eanes, a Calfúla. Contemplando, escutando Pintassilgo, pensei nesta curiosidade de circo soviético, a mulher das forças, exibindo o bícepede enfunado à entrada da barraca de feira, e desafiando os cavalheiros mais audazes para a arena e para a humilhação. Depois serenei, rejubilei, vendo a retórica jurgida à bonomia no carro da bois do poder. E quem enxergo caminhando sob a canga ministerial, pesado e resignado? Um mancoço a quem a política grandemente pesava e enojava. O Hércules encarregado de limpar as cavalariças de Augias das mitológicas finanças lusitanas. O Apolo, da bigode semelhante a um tique, e que ora sos como um estridente canto de galo, ora brilha como um arrogante emblema de virilidade. Febo em todo o seu esplendor, Herakles em toda a sua pujança, o sr. prof. Sousa Franco...

Mas já a Dona Langarota do Santo Graal Nacionalista se propunha "encontrar o agulhão constante para a imaginação criadora". Puxa! Desde Homero, esse incansável evocador de bois, que se não lograva imagem tão ditosa para imortalizar fatal vulto de mulher, possuísse ela a virtude curta como a fabulosa Helena de Troia ou ostentasse a narina longa como a langorosa Cleópatra do Egito. Coramba! Desde Vasco da Gama, que ainda a bordo de S. Gabriel parlamentar, arengava ao silêncio polido e irónico de Glicerio: "A França é o farol rotativo das ansiedades dispersas", que se idealizava uma tão rica metáfora para uma tão pobre prédica. Considerei Sua Exa. com mais dilação, mais observação. Envoltos numa ampla opalenda, que ampliava asiaticamente a sua amplidão, a peladina recordava, não a mística demanda do cavaleiro medieval, sim estranhamente, sonoramente, o boio céu azul do Grécio, com esplende sobre a Ática ou declina sobre Lesbos. Eis-me trespassado por um ígil dardo de astiduidade. Seria possível? Teria a munificência dos deuses socorrido a escassez de Portugal com a separidade de Minerva? Desditosamente não foi Palas Atenia quem me acudiu à memória já purificada como uma tra de gratidão para o anho e as tolas do sacrifício, mas o cantor grego Demis Russos. Espantosa lembrança! Pintassilgo ainda se parece mais com o cantor Russo do que Vasco da Gama com o falcão Horus. A mesma corpulência, voga, a mesma opalenda, duna, a mesma garganta imensa! Sujel o rosto de cinzas, involei-lhe com deléite uma vada...

Recordo-se o leitor de eu ter comparado o mortico Eanes ao resplandecente Aquiles, o de calcagner de compromisso? Um pouco destacado do Primeiro Ministro, o chefe do Estado, pivando os olhos desbotados por detrás do cristal lúscido dos óculos, tie o seu costumeiro discurso à noção, como se a afine não fosse a Escrita de Sargentos



patrificada de pavor diante da força e gritada do respeito diante do Razão. Quando Eanes fechou, como sempre desadmiradamente, a porta fêrrica da sua alocação granítica, que mais e mais vai parecendo a bunker nacional-socialista de Hitler, Pintassilgo derrubou docemente a cabeça como um crente à avejante aproximação do vístico, que o sacerdote vem trazendo processionalmente. O país possuía, como Primeiro-Ministro, Santa Escolástica. O credo de Eanes, o Socialismo, seria imposto como a única verdadeira religião, a religião ortodoxa. A "nação tradicional e cristã" a votar maciçamente nesse dono valoroso como Deusdeu Martins e D. Filipe de Villena tou em partidos que lhe encarnassem o espírito que tem Santa Isabel sobre a secretária como inspiradora e Santa Clara dentro do gabinete como Ministra-Ajunta. Ah, as rosas do milagre vão florir novamente, vermetosamente Imparcial, Eanes aponta em quem se deve votar...

Pintassilgo orou depois inúmeras orações. Esperava-se, em todas, umas traves do modernismo, so monos literário, Rabucou, com efeito, duas ou três citações de Passos. Mas, em geral, aferrou-se a

Herculano e a Buihão Pato. Quando gorgoeou "por montes e vales", senti-me na "Paqueta", bem no interior florido do Ultra-Romantismo. Eanes, fechado, carregado, era uma sombra magra, aguda, por detrás desta redonda vaidade obesa.

Depois deu a conferência de Imprensa. Tal como Soares, chegando a pregar às plebes a rija doutrina da austeridade, tufava gravata londrina, importada, cara, Lady Byrd of Progressiv Church apresentou-se coerentemente de blusa pintalgada como um ovo de pintassilgo. E foi franca, directa, em seus modos largos de lavadeira desembaraçada e folgazona, vestida nos saldos da Bonne Samaritaine, em Paris. "Quer que eu lhe responda em francês ou em inglês? Graças a Deus não faltam aves tegareles no meu cestinho poliglota!" De súbito, tal como antes me acudira a Grécia, agora ocorria-me a Índia. Talvez Alexandre, o Grande...

Mas Eanes é, platôt, pequenino. Envoltos numa túnica de guru, que a sua enorme corpulência agigantava desmesuradamente, Pintassilgo evocava resimante o Indo, o Ganges, o Terceiro Mundo...

Então o título desta crónica, um título histórico, erudito? Pensei, inicialmente, em Rainha Virgem, postulando que Sua Exa., solteira e estófica, é de corteza ineculada, não tendo conhecido homem no sentido bíblico, mesmo quando a espiritualidade de Abraão se disfarça diabólicamente por detrás da virilidade de Sousa Franco. Considero depois Safo, lembrando a poetisa de Lesbos, que presidia nessa ilha idílica a uma escola de lirismo; mas Pintassilgo, se já vozeou ruens em improvisos políticos enfatuados, ainda não celebrou a beleza da mulher em hinos cheios de sôvo e cheios de cobija. Ponderai finalmente que a montanha das reformas audazes somente parca o ratinho dos aumentos tradicionais. Surgiu-me pois (desajando um grave título histórico) BERTA DOS PÉS GRANDES... A senhora Primeira-Ministra não se pode dñar com a comparação. Berta, a mãe de Carlos Magno, além de progenitora do Imperador do Ocidente, foi esposa de Pepino, o Breve. E aqui não se agrava o sr. Presidente da República. Sua Exa. não é decerto, como o pepino, indigesto e monófitico. Mas tendo estalado furi-bundamente a brutal porta do repúdio na face honesta e democrática dos cidadãos que o elegeram, a sua magistratura vai ser breve, tão breve como o milagre das rosas, que nem precisam de se mostrar classicamente de Malherbe, porque as sabemos maquiavolicamente de Artimés...

Quanto ao mito da Esquerda, a Justiça Social, esse desabou com fragor e com vejam. Pintassilgo soprou os preços, agigantou os preços, como um impiedoso Primeiro-Ministro reacionário. E o doce Partido Comunista nem gemeu um ai...

Não é apenas a direita, infame, que oprime, que asfixia os desfavorecidos. Também a generosa esquerda oprime e arruga e esfaca...

Pintassilgo assomou em nossa meiga paisagem de vaigo e de vergel (a que ele chama virilmente "o Portugal selvagem") com o relevo impressionante de uma montanha penvadida. Ia, com o agulhão constante de imaginação criadora, fazer coisas vastas... Mas ficará meramente na História dos Lusos como Berta ficou na História dos Francos: por ter os pés grandes.

A pedra

ANTÓNIO MARQUES BESSA



Historicamente, a Igreja tem sido uma das forças mais importantes na marcação de Portugal. E, talvez por isso, tenha suscitado inimizades velhas, profundas e mortais, que só conhecerão apaziguamento definitivo nos três dias de Trevas. Trata-se de uma força real que tem expressão visível em dois campos complementares: a nível espiritual e moral, dirigindo e aperfeiçoando os crentes, e a nível material, estruturando os meios de actuação sobre o mundo. A sua organização abarca as mais ínfimas povoações do país, tem representantes qualificados em todas as partes e integra um potencial de meios e esperanças difícil de reunir em qualquer outra instituição. Por isso se pode dizer que, para lá da Administração e do Exército, não consta haver outro poder tão alto no interior do país. Ele duplica praticamente a estrutura pública em todo o território nacional e já provou que tem um poder de mobilização superior a qualquer partido, seja ele qual for. Basta relembrar o Verão quente de 1976, as manifestações populares de apoio à hierarquia religiosa, o ataque aos centros comunistas, a agitação violenta do povo miúdo, para perceber que foi a Igreja quem fundamentalmente travou o gongalvismo, revelando-se então como Mãe e Mestre do povo católico.

Assim, quer se queira, quer não, a força das coisas obriga a verificar que a Igreja Católica é um autêntico parceiro social, muito mais importante que todos os outros. O seu consentimento, apoio ou neutralidade, é fundamental para quem deseja o poder político. E, na verdade, um poder político directamente hostil, raramente sobrevive à sua oposição activa e operosa. Daqui se conclui que é falsa aquela máxima selvática, muito popularizada, que assegura, com todo o conforto, que a Igreja faz tudo o que lhe consentem e consente tudo o que lhe fazem. Se tal adágio pode ser verdadeiro para muitas Igrejas, ele não se aplica certamente à Igreja de Portugal.

O ateísmo brutal da I República, basicamente maçónica e anticlerical, levou a um período de dolorosas e humilhantes perseguições à hierarquia e à Igreja visível. As leis e projectos desse período eufórico e triunfalista prefiguraram os esteios da república orgulhosamente atea, com um ateísmo vigiado e consagrado em diplomas que faziam inveja aos actuais dirigentes do maritizado México. A lei da liberdade religiosa e a lei de separação não provam cabais de um discurso bido e escuro, só acessível aos iniciados. No entanto, apesar da política oficial de hostilidade radical, nunca se escusaram os bispos a denunciar as situações, a alertar o país e a estimular a defesa das liberdades civis. O que lhes valeu, como se deveria saber grandes dissabores, entre os quais cumpre destacar a prisão e o encarceramento do patriarca de Lisboa.

Porém, o embate de 1911 mostrou que havia uma força nacional, religiosa mas tangível, capaz de enfrentar um poder opressivo. E o poder político recuou, dissolvendo-se por fim no nada em 1926. Apesar desta lição que continha o ataque a descoberto, em 1976 voltou-se a repetir a encenação. O anticlericalismo ruído do marxismo batalhou as suas insinuações e ameaças, ciente de que interessava aniquilar a estrutura eclesial o mais depressa possível. O bispo de Braga foi humilhado e a Igreja foi apresentada como um dos alicerces do fascismo derrubado. Revivia-se assim as teses do colaboracionismo, que fizeram fortuna depois da Segunda Guerra, esperando-se quiçá obter frutos semelhantes —

um despojo de cadáveres. Um vento de medo e compromisso varreu a hierarquia, mas do Norte surgiu uma voz que depressa deu a entender a natureza e as bases do novo desafio. E D. Francisco Maria da Silva mostrou claramente que a Igreja e Portugal eram duas partes do mesmo soma. O povo miúdo compreendeu bem as suas homilias e ninguém conseguiu furtar a essa gente a compreensão do que estava em jogo e do que havia a fazer. E fez-se, pese aos riscos, ao medo e à fraqueza da carne.

FORTALEZA PENETRADA

Esta força da Igreja, popular e real, que se manifesta também na Polónia e em Espanha, é um espinho na mão de muitas pessoas. De facto, ela é uma defesa, uma enorme trincheira da sociedade civil, e este facto é desagradável para quem quer subjugar por completo a comunidade dos homens e apagar a chama da sarça ardente.

O enfrentamento directo provou ser, um pouco por todo o lado, completamente ineficaz. Na Espanha, o fuzilamento de religiosos e sacerdotes, o incêndio de templos e os mais variados sacrilégios, tão-só serviu para inclinar os duvidosos e acelerar o triunfo inevitável dos profissionais. Nos países comunistas, apesar do cerco e da brutal repressão, os católicos estão mais vivos que nunca e a sua Igreja do Silêncio fala mais explicitamente que as comunidades mortas do dito Ocidente, postas em pé à custa de guitarradas e psicologia social. Luminosa, resistente, ela torna-se progressivamente o ponto de apoio dos oprimidos, o centro espiritual para onde se inclinam todos os homens. O Estado, que tudo tentou para liquidar esse testemunho supramaterial, já percebeu que sobre o sangue dos mártires nascem novas flores para Deus. Perigos da superestrutura que, afinal, o caro Marx foi incapaz de prever.

Perante este fenómeno paradoxal a luta tomou outra via, seguindo agora a linha aconselhada pelo marxista italiano Antonio Gramsci. Em vez de atacar directamente como até aí o Estado e as instituições, interessa sobretudo proceder à sua infiltração, controle e degradação, para em seguida as destruir ou usar segundo os interesses tácticos do momento. Esta liquidação das instituições sociais (Exército, Igreja, Escola, Família, Sindicato, Associações profissionais, etc.) visa debilitar a sociedade, desarmá-la ideológica e materialmente. Uma sociedade desarmada não oferece resistência à captura do Estado.

Ora, desde o século XIX, a Igreja é a fortaleza cheia de sentinelas que, atenta e materna, guardava a Cidade. Dos Papas aos Bispos, choviam os avisos, os conselhos, as orientações, sem que os repetidos ataques directos tivessem a menor consequência. Tinha que se lançar por isso um ataque indirecto, coberto e interno. Abre-se então o tempo das infiltrações sistemáticas nos seminários, nas organizações religiosas e nas altas esferas. E, passado algum tempo, Paulo VI, entre oprimido e alarmado, identifica o que se passa na Igreja com os famosos tempos de «fumo de Satanás». Da secularização à dessacralização foi um passo. Dos sacerdotes santos e conscientes da transcendência da sua vocação aos macelheiros (carniceiros) de que nos fala o estigmatizado Padre Pio vai um pulo. Entretanto, o Prayda podia comparar exultante e despatinizada levada pretensamente a cabo por Khrushchev com a des-

pacelização realizada por João XXIII. A confusão, o erro, a heresia, frutos maduros do assalto interno vieram, nesse fumo de Satanás, para reinar por um tempo.

A mundanização, a liquidação do sagrado, a imposição de formas inferiores de culturação e a pregação do intrascendente, são segundo muitos analistas as consequências do trabalho interno dos intelectuais orgânicos. O mundo revelou-se de tal modo forte que entre Cristo e o mundo não houve hesitação. É por isso que, nas mais diversas revelações particulares, as Cabeças da Igreja choram o seu estado. O Corpo Místico — diz-se — é uma verdadeira chaga.

Assim se entendem os sacerdotes e religiosos marxistas, ateus, que pregam uma religião de homem. E assim se percebe as contradições e a desorientação de tantos católicos, que fazem pensar naquilo de Cristo do reino dividido contra si mesmo. E percebem-se ainda os hierarcas colaborantes, serventuários e aliados do 686.

É neste panorama que interessa referir a doutrina exposta por alguns bispos portugueses na situação crítica que vivemos. Pelo que tem de esperançoso e pelo que nela há de recta exposição do pensamento da Igreja.

AS PALAVRAS CLARAS

«O cristianismo não é para cobardes» — disse D. Francisco da Mata Mourisca, prelado experimentado na dor e no testemunho. Efectivamente, a história do cristianismo inicia-se no sangue e continua-se no sangue. Não é norma de vida para o grupo da Capela do Rato, pois exige a humildade e as contínuas vitórias sobre si mesmo. O bispo de Carmona deixou claro que há coisas difíceis na vida e não podemos deixar de estar de acordo: «uma coisa difícil é ser cristão, outra é ser português».

A Igreja, como parceiro social ignorado, vai assim pela boca dos seus altos chefes mais clarividentes, dando uma orientação para os baptizados e uma interpretação do real imediato. Porém, na óptica que conta, esse é o seu dever, a não ser que hoje se viva sob a tutela de pastores mercenários e carneiros, que fogem perante o perigo ou vivem de ilusões.

Os pastores autênticos sabem quem é o inimigo da Igreja. Isso não constitui mistério: está escrito, está perante os olhos um pouco por toda a parte e há experiência histórica. Por isso, recusando a abstenção, D. Manuel Ferreira Coimbra aconselhava o voto «para não acontecer tempos de ver passar a uma da pária a caminho de um cemitério, em qualquer paralelo vermelho». Mas também o bispo do Porto, o resignatário de Luanda D. Moisés Alves de Pinho, o resignatário do Bié D. Manuel António Pires e o próprio bispo de Bragança, D. António Rafael, sabem o que anda em jogo, tendo a coragem de o dizer num país que silencia a voz da Igreja para magnificar o transcendente momento da Capela do Rato.

Esta linha de orientação e testemunho lúcido tem sofrido as mais diversas interpretações e críticas. Mas elas dão prova de um facto muito claro. É que sendo Mãe, a Igreja não anda disposta a consentir o que lhe querem fazer e cujas amostras andam ainda só em palavras. Conhece a mensa força que tem e, mais do que nunca, nesta situação de crise permanente, ela é a pedra. Angústia.

Contra o regime

Por JOAQUIM MARIA CYMBRON

Dirijo-me aos Portugueses. Apelo para a capacidade de compreensão de cada um. E conto que alguns, por uma questão de equidade, se dignarão ler-me até final — depois, pesem e julguem as minhas palavras.

Se escrevo é, obviamente, porque desejo convencer: não escondo esse interesse. Mas desde já friso que a força do meu pensamento não depende de cifras numéricas. A demagogia nunca foi minha moeda de troca: seria infinitamente triste e, mesmo, ignóbil que cedesse à tentação baixa de a manejar, agora, em que uma vez mais lanço um brado de alerta junto da consciência dos filhos legítimos da nação, à qual também me orgulho de pertencer.

O acerto ou desacerto do que aqui disser, encontrar-se-á na própria estrutura dos meus raciocínios e jamais no maior ou menor aplauso que eles venham a obter. Admitir isto seria a inversão completa da filosofia dos valores. Rejeito *ipso facto* toda a linha subversiva que, para não retroceder mais do que até ao deslizar da Idade Moderna se instalou com Lutero, que anatematizou a razão humana com um efeito de efeito, pesando por Rousseau, o qual classificou o homem que medita como um animal depravado e chamou ao estado reflexivo um estado antinatural, tocando ainda em Kant, que tornou o sujeito norma da verdade, para acabar em Nietzsche cujo sonhado "Super-Homem" seria o padrão da verdade e do erro.

Repudio todos estes sistemas de moral que consideram a coisa boa por ser apetecida ou caem no relativismo agnóstico, para abraçar a proposição da escolástica: davemos apetecer o que é bom. Isto traduz uma profissão de fé e de fé católica, acentuando, que actuará como "norma negativa", quer dizer, não me indicando o que hei-de afirmar, pautará sempre o meu pensamento filosófico e político.

São estes os princípios que me norteiam e em resultado dos quais não posso prosseguir sem uma violenta diátribe no que respeita à sorte que nos tocou e à situação a que chegámos.

Portugal corre risco de morte debaixo do perigo quotidiano representado pela partidocracia, uma das cabeças dessa hidra letal que é a democracia. Monstro ou fantasma, não sei bem com quem me tenho a haver no campo das sensações empíricas. Se dum fantasma se trata, não oculto que é, na verdade, um fantasma sui generis — este porque opera as posturas de deuses e de anjos brilhantes, mas acorrenta povos inteiros, que se julgam livres.

Vem de molde analisar o trecho com que abre o *Manifesto Comunista*: "Um espectro ameaça a Europa: o espectro do comunismo". Chamando a atenção para o parentesco semântico entre "fantasma" e "espectro", regista aquela passo do manifesto porque entendo que a prática democrática tende, na sua lógica, para toda a espécie de totalitarismo, de preferência o comunista.

Mas que é, afinal, a democracia? Dá-se este nome a um sistema de governo que se exerce segundo um método dialéctico, em que o número desimpente papel de relevo: a maioria dita a sua vontade à minoria. Identifica-se, assim, vontade, quando não o capricho, com o as-

seramento o que leva a cair no erro, que, logo ao abrir, apontei: o bem, que deve ser objecto de constante busca por parte da nossa inteligência, acaba flutuando ao sabor do maior ou menor apetite num ou noutro qualquer sentido. Mais: como a maioria é composta pelos menos dotados, em tudo, a democracia redunde no império, em toda e linha, dum notória mediocridade.

Urge desmistificar os que trapaceiam com a política e desglaçam as nações. O próprio Rousseau, *patriarca* das modernas democracias, não escondeu o seguinte: "Se tomarmos o termo na sua rigorosa acepção, então nunca existiu nem existirá a verdadeira democracia. É contra a ordem natural que o maior número governe e o menor seja governado". (*Contrato Social*, liv. III, cap. IV).

Quatro dos delitos de democracia, consiste em tentar colocar a sua legitimidade numa imaginária soberania popular. Este é um dos seus mais venenosos embustes, cujos arautos bem se esforçam por ser mais apurados e redobrados no modo de êxito. Fazem-no com espartez, mas uma espartez solta; inteligência, nem ponte dela.

A cause remota da soberania é Deus. Aqueles que se mostram capazes de dirigir a questão do povo, sem dúvida, podemos considerá-los a causa próxima por quem Deus atua. E, por último, temos o povo que apenas condições a soberania.

Não desconheço um importantíssimo trecho de Suarez, a respeito do poder político. Vou transcrevê-lo pela sua acuidade:

"Esse poder não resulta na natureza humana até que os homens se agrupem numa comunidade perfeita ou autónoma e se unam politicamente.

Demônstra-se, por factos, que esse poder não se dá nos indivíduos separadamente

considerados nem tão-pouco na massa ou multidão de aqueles que se unem confusamente e sem ordem nem união de membros de um organismo. Logo, o acto de constituir-se esse corpo político dá-se antes que exista nos homens esse poder. Porque ao menos na ordem da natureza — o sujeito desse poder tem de existir antes que o próprio poder". (*De Legibus*, liv. III, cap. III, no.6).

Afigurar-se-á ser este um argumento de peso que me poderiam contrapor. Lamento, contudo, dizer que sem qualquer quebra de respeito pelo imenso talento do jesuíta espanhol, que em muitos pontos e nos diversos campos a que se estendeu o seu largo saber, acatou escrupulosamente, não desvirtuou em todo aquele monumental tratado uma só passagem que explique "*quomodo efficiunt unum corpus mysticum*" (op. cit., liv. III, cap. II, no.4); *si ne capite quo indiget*, o que me leva, aqui, a afastar-me do ilustre granadino.

Essa cabeça de que preciso a comunidade política é a chave que abre exactamente um dos caminhos para a solução deste delicado matéria. O motivo de todas estas confusões reside no facto de se não proceder à análise correcta dos atributos que rodeiam o poder político. Da visão distorcida do problema, quando não de absoluta cegueira sobre o mesmo, é que derivam todos os males.

Por isto mesmo, não me inibiu de continuar na linha denunciando a necessidade imperiosa do derrota desta ordem, que arrastou a Nação para um catastrófico sem paralelo em todo o seu longo passado e o degrada cada vez mais.

Sou, como português, contra todas as trações que mutilaram a Pátria. Não desisto de ver a política ao serviço do País e desaprovo o banquete dos políticos que se servem do País!

o País

28. Setembro. 1979

● **COMANDOS.** Não é só na Amadora que há comandos. Em Braga, ao que nos disseram, também os há, embora com outras funções bem diferentes das dos subordinados do coronel Jaime Neves. Segundo soubermos, foi organizado na cidade dos Arcebispos um grupo de padres, com a missão de correr o País, rezando missas e aproveitando as famílias para convencer os fiéis a não deixarem de votar no próximo acto eleitoral. Claro está que tal atitude não agradará a alguns partidos, especialmente aqueles que contam com a abstenção para que o seu número de votantes pareça muito maior do que realmente é. E cuja imprensa, por já se ter apercebido de que a Igreja é, de momento, o seu maior inimigo, não se cinge de banhar-se contra esse campainha confusória da abstenção...



O inimigo é o marxismo

O DIA 28 SETEMBRO 1979

Por ADELINO ALVES

O PS não merece o voto dos cristãos

Por ADELINO ALVES

...antam
...direitos e
...veres não sejam im-
...ções que contrariam o
...seu fim humano-divino.

Não se espere que, nestas linhas, eu tente orientar seja quem for para que vote neste ou naquela partido de preferência a outros. Pode, sim, esperar-se que eu diga em que partidos um católico (ou melhor: um cristão) não deve votar, numa linha de coerência pela fé que diz professar.

Assim, devo declarar, sem rodeios, que o inimigo número um da nossa Pátria, quase universalmente cristã, é o Marxismo! Ele nos tem dominado, com mão de ferro e não descança enquanto não transformar a nossa terra num seu feudo soviético. Já todos, mais ou menos, sentimos na nossa carne e na nossa alma aquilo que dele podemos esperar: a escravatura! Esta esteve por um fio, nos ominosos tempos do "gonçalvismo" de execranda memória. Mas não se pense que a horda diabólica deixou de nos apertar, estorcendo-nos os direitos de homens livres. Basta recordarmos o que foi todo este período de domínio marxista e a praga de terríveis malefícios causados contra a família, para não falar de outras instituições. Já nos esquecemos do que vai pelas nossas escolas, onde continua a envenenar-se a alma da nossa juventude, insuflando-se-lhe toda a variedade doutrinária marxista? Esquecemo-nos de que os responsáveis pelo sector da Educação continuam a fazer orelhas moucas dos direitos dos pais no que respeita à formação de seus filhos que mais não são do que "carne para canhão" marxista?

Esquecemo-nos de que, neste capítulo (pelo menos!) o Estado português está-se positivamente nas tintas para o que estipula a Declaração dos Direitos do Homem, embora tornamento a nossa infame Constituição marxista diga que a sua interpretação se deve fazer à luz daquela declaração internacional?

O inimigo, de facto, é o Marxismo, porque é ateu porque materialista. Há que esquecer-se dos mandamentos governamentais que não nos são mais conhecidos e esquecer-se de onde se encontra o seu verdadeiro inimigo. Este inimigo tem de ser visto em todos os tons, do norte a sul do País. Em todos os tons, mas também com toda a clareza. Aqui, todos nós

Pessoas mal avisadas poderão ser levadas a supor que o partido socialista português defende os princípios cristãos, pelo que será merecedor da escolha dos católicos, com base em que estes não devem dar o seu voto a todo e qualquer partido que contradite a mensagem de Cristo. A situação tem-se mantido muito confusa, o que leva a acreditar-se que, em plena consciência, um católico pode ver no PS um dos partidos possíveis de escolha no leque permitido.

Todos temos, aliás, assistido a uma certa orquestração da parte dos líderes do PS no sentido de convencerem os católicos a aderirem à sua filarmónica. Essa orquestração aumenta naturalmente de tom, à medida que se aproximam as eleições. O mesmo faz o PC, mas, quanto a este, nem vale a pena dissertar, pois a sua política de aderência numa linha de coerência, é de meridiana clareza. Todavia, quanto ao PS, a coisa modifica-se, pois quanto mais não fosse, parece a muita boa gente que está com um pé lá e outro cá, não se vendo muito bem onde se ficam as fronteiras do permitido e do proibido.

Começarei por acentuar que nem todos os socialistas são condenáveis pela doutrina cristã. A isso se referiu o Episcopado quando, depois de acudir a Paulo VI que sublinhava que muitos cristãos, hoje em dia, se sentiam

atraídos pelas correntes socialistas e pelas suas diversas evoluções, reconheço que "nem todos os socialistas que hoje correm pelo mundo e nos podem bater à porta, estão dominados por organizações e ideologias inaceitáveis para um cristão". O Episcopado aconselha, então, os fiéis a fazerem esforço a que apelida de "esforço de discernimento", porque (cita novamente o Papa): "só depois se poderá estabelecer o grau de compromisso possível, nessa causa, salvaguardados os valores, principalmente da liberdade, da responsabilidade e da abertura ao espiritual, que garantam o desabrochar integral do homem".

Há, na realidade, em certo número de cristãos que têm sonhos de cor de rosa quanto a este, nem vale a pena dissertar, pois a sua política de aderência numa linha de coerência, é de meridiana clareza. Todavia, quanto ao PS, a coisa modifica-se, pois quanto mais não fosse, parece a muita boa gente que está com um pé lá e outro cá, não se vendo muito bem onde se ficam as fronteiras do permitido e do proibido.

No que ao nosso país respeita, duas razões deverão ter estado na decisão, por parte dos católicos, de darem o seu voto ao PS, nas últimas eleições: o medo de que o PC fixasse de Portugal a sua quinta pessoal e intransmissível

fender a liberdade e os valores do espírito, os marxistas voltarem a dominar os portugueses, através de uma câmara parlamentar divorciada dos verdadeiros interesses nacionais. O que já observámos é suficiente para nos levarmos como um só povo, usando do voto, para darmos um rotundo "não!" aos que preconizam para o nosso sociedade caminhos que não queremos trilhar. Urge, pois, que, em linguagem destituída de floreios e de filosofias, se diga, claramente e sem erudições, burras, que o inimigo é o Marxismo! E que se explique, na mesma linguagem porquê.

sível, e, talvez também, as aspirações que atrás ficaram mencionadas. Foi assim um voto a que se costuma chamar "útil". Não o foi, como toda a gente sabe, visto que bem defraudados ficaram todos quantos deram a sua preferência ao PS. Basta que nos recordemos do que foi a "cavalgada heroica" da "maioria de esquerda" na Assembleia da República, onde com a ajuda definitiva do PS se aprovaram leis atentatórias da consciência nacional e cristã!

Vamos, pois, às provas concretas da afirmação de que o PS não merece a preferência dos cristãos.

1. O Partido Socialista é de inspiração marxista. Poderíamos ficar por aqui, visto que se trata de afirmação de uma coisa óbvia. Mas não faz mal recordar, de modo que se refresquem memórias mais propensas ao esquecimento.

O PS teve o cuidado de confirmar que o marxismo é a sua filosofia fundamental. É isto que, aliás, se pode ler na Declaração de Princípios do PS, no n.º 4.

Se dúvidas ainda houvesse, bastar-nos-ia reavivar afirmações do secretário-geral do PS, dr. Mário Soares, quando declarou que a ideologia do PS tem parentesco doutrinal com a do Partido Comunista. Esta afirmação fez-a o dr. Mário Soares em entrevista ao jornal "Expresso", em 8 de Novembro de 1975. Coisa semelhante havia já dito, em Nápoles, em 13 de Junho do mesmo ano, acentuando que não deveriam ser exageradas as diferenças

publicamente "cristãos"!) fizeram obra semelhante, vendendo a alma ao diabo, antes que o diabo se apossasse na transacção... com o prato das lentilhas.

entre socialistas e comunistas.

Isto explica certos comportamentos do PS, quando na Assembleia da República actuava, fraternalmente, com o PC. É que não há amor como o primeiro e o dr. Soares foi filiado no PC... antes de se criar o partido Socialista.

2. O PS defende a progressiva eliminação da propriedade privada dos meios de produção e de distribuição (vide Programa, 2.2.2.); preconiza a luta de classes (idem, n.º 1); o direito ao divórcio por mútuo consentimento e as uniões livres com os mesmos direitos que as uniões legais.

Os católicos não devem esquecer-se do comportamento do PS na Assembleia da República que, podendo impedir a aprovação do aborto que foram as modificações introduzidas no Código Civil, no capítulo da Família, não o fez. Mais: foi um ministro da Justiça socialista que deu todas as veleidades a quem tentasse que a lei deixasse de ser iníquas. Inpedindo esta coisa primária em qualquer Estado de direito: que o culpado nunca pudesse ter ganho de causa! Portanto, que o tribunal averiguasse quem era o fulcrose! E agisse em lógica conformidade.

Eu bem sei que outros, também ministros e mais do que isso, que andam para aí a bater com a mão no peito (um até tinha capelo privativo...) e a beijar o anel dos bispos e arcebispos, talvez à espera de ganharem algumas indulgências, (portanto afirmando-se

Cinco anos de ditadura marxista foram suficientes para chegarmos à confusão de que o PS não serve a consciência cristã deste País. Creio bem que muitos cristãos que lhe deram o seu voto estarão hoje suficientemente desiludidos.

O inimigo n.º 1 de Portugal cristão é o marxismo, porque ateu e ateu porque materialista. Numa linha de coerência, o PS não merece o seu voto. Porque é marxista.

Fundação Cuidar o Futuro

Horizonte

UMA OPÇÃO PARA A DESCRENÇA

Portugal é um País em profunda descrença face aos sucessivos logros de que se tem sido vítima, os quais foram agravando progressivamente a crise nacional e asfixiando gradualmente a sociedade civil. Neste momento, perfilam-se no horizonte novas eleições que, contrariamente ao que alguns querem fazer crer, em declarações que assumem carácter suspeito, são decisivas para o futuro dos portugueses e o destino de Portugal: ou será o ponto de viragem, com a tomada de uma via reformista e liberal capaz de responder aos desafios, satisfazendo as ambições nacionais e iniciando a adlada obra de reconstrução; ou ficará tudo na mesma, para se repetirem as experiências desastrosas e as actuações ziguezagueantes, continuando o País no atoleiro e adiando-se a solução das verdadeiras questões que são o factor da crise em que mergulhámos.

O homem comum, sucessivamente iludido e enganado nas suas esperanças numa vida melhor e mais digna, encara com cepticismo a repetição das promessas que não têm sido cumpridas, esperando com ansiedade a voz autorizada das instituições e dos homens que ainda conservam a seus olhos o mérito da integridade. Daí que, com o momento que se avizinha, encerrando em si potencialidades bastantes para travar o louco caminhar para o abismo e constituindo a derradeira oportunidade para o início de uma reconstrução urgente, tenha a hierarquia da Igreja decidido, através dos seus mais conscientes e respeitados membros, fazer soar o toque de rebato, convocando os católicos para a luta em prol do bem comum e chamando-o ao cumprimento dos seus deveres como cidadãos. Como disse a voz autorizada e insuspeita do bispo do Porto, é indispensável que a «arma do povo» que é o voto seja utilizada, para que não se venham a ouvir outras armas.

O movimento do Episcopado, a condenar o abstencionismo e a lembrar aos fiéis a incompatibilidade do voto com projectos que não salvaguardam o exercício das liberdades, nem asseguram a justiça social e o bem-estar e progresso da comunidade, surgiu na hora própria e talvez seja o derradeiro grito de alarme perante as ameaças que têm crescido às liberdades e à democracia. O voto de Dezembro terá de ser, pois, a arma para esconjurar os grandes perigos e impedir a consolidação dos intervencionismos subjacentes aos passos que se foram dando. Pena é, porém, que alguns membros da hierarquia e outros responsáveis persistam ainda num mutismo ou ambiguidade que nada favoreçam a sua missão. Não se pode, portanto, prometer uma tarefa de comum obrigação. Que se espera, de facto, para em uníssono se repatir em todo o País e clara e aberta denúncia da impossível conciliação entre a doutrina da Igreja e o marxismo, impenosamente já apontada pelo Papa João Paulo II?

CARDEAL PATRIARCA NA GUARDA

EXISTE UM PARALELO COM A I REPUBLICA

O cardeal patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, presidiu na catedral da Guarda, à concelebração eucarística que marcou o fim das comemorações do centenário do nascimento de D. João de Oliveira Matos, que foi bispo auxiliar da diocese e fundador da Liga das Servas de Jesus.

Na homília, o cardeal patriarca debruçou-se sobre a personalidade espiritual de D. João de Oliveira Matos, afirmando a certa altura que estava ali para, associando-se à acção de graças da Igreja da Guarda — e com ela — aprender a lição sempre viva, sempre actual que ele nos transmite.

Mais adiante, lembrou o paralelo que em seu entender existe «entre os conturbados tempos da primeira República e os actuais» para sublinhar que também agora se apregoa «que tanto faz ser cristão como ateu e se pensa organizar a vida individual e colectiva do homem à margem de Deus».

«Mas sem Deus — frisou — não há vida, nem justiça, nem liberdade, nem paz, nem

Na concelebração participaram, além do cardeal D. António Ribeiro, o arcebispo primaz de Braga e os bispos da Guarda e auxiliar de Beja.

Este último prelado presidiu ainda no sábado de manhã ao encerramento do curso pastoral, realizado no âmbito das comemorações e que teve a participação de 170 sacerdotes, religiosas e leigos.

A tarde, os prelados que participaram na concelebração e os cursistas efectuaram uma romagem ao túmulo de D. João de Oliveira Matos, no outeiro de S. Miguel, onde ele iniciou a sua obra de apóstolado.

JN

1-10-79

Fundação Cuidar o Futuro

O PRIMEIRO DE JANEIRO

1 out. 79

No encontro com o Papa

Leis da Rádio e da TV serão tema provável

—revelou Lurdes Pintassilgo

Um certo número de problemas recentemente levantados pela hierarquia da Igreja Católica em Portugal — e nomeadamente os que se relacionam com as leis sobre a Rádio e a Televisão aprovadas no hemiciclo de S. Bento — deverão ser objecto de discussão durante o encontro, que amanhã terá lugar, em Nova Iorque, entre o papa João Paulo II e Maria de Lurdes Pintassilgo, segundo revelou o primeiro-ministro português.



Fundação Cuidar o Futuro

Sousa Tavares a "O Jornal" "Vamos aparecer com um manifesto revolucionário"



28-9-79

Francisco Sousa Tavares, um ex-PS, é o candidato n.º 1 pelo círculo de Évora nas listas do PSD, mercê do acordo entre social-democratas e subscritores do Manifesto dos Reformadores. O controverso director de «A Capital», funções que vai deixar, temporariamente, a partir de 15 de Outubro, responde a algumas questões à volta da sua candidatura, colocadas por Fernando Antunes.

«O Jornal» — Tendo aderido publicamente que nunca entraria em listas de direita contra a esquerda, que razões o levaram a mudar de atitude?

Sousa Tavares — O que eu disse muito claramente é que não me sentia disposto a tomar parte em campanhas de direita contra uma esquerda de esquerda. Mas penso que o acordo do PSD com os Reformadores retirou a Aliança Democrática o carácter de coligação de direita. Entendo por outro lado, que a Aliança Democrática tem um pensamento comum que é o de vitalizar a democracia em Portugal suplantando o problema das estruturas económicas. Por último, penso ainda que aquilo a que se chama esquentamente a esquerda em Portugal, e formado pelo PS e pelo PCP. Mas o PCP defende um tipo de sociedade que eu não aceito — nem a maior parte dos portugueses — tipo de sociedade que é incompatível com a democracia política e com a liberdade. Do PS direi que poderia representar um papel fundamental na democracia portuguesa mas que se deixou desviar pelas suas contradições. Nunca conseguia definir uma política coerente e hesita entre as concessões que faz ao PCP e as que tem feito à direita.

P. — Não acha excessivamente ausado sustentar que a simples presença de alguns reformadores retirou à Aliança Democrática o seu carácter de direita?

R. — De maneira nenhuma. A verdade é que não sou um homem de direita. Estava por outro lado convencido de que mobilizaria grande parte do eleitorado de esquerda e, fundamentalmente, porque tenho aparecido no campo da esquerda com um Manifesto Eleitoral

perfectamente revolucionário que jamais poderá ser identificado com uma política de direita.

P. — E Sá Carneiro sabe?

R. — Claro que sabe. A nossa atitude é correctíssima, aliás. Acentua que a nossa posição é de perfeita e total independência com excepção dos pontos referidos no acordo, designadamente quanto ao Governo, moedas, etc.

P. — Mas não parece exaustiva a parte exceptuanda, isto é, aquela em que se poderá manifestar em pleno a autonomia dos Reformadores...

R. — É realmente vasta. Ficamos com plena autonomia quanto à discussão de todas as leis e estatutos legislativos que passam pela Assembleia da República em relação aos quais não nos obrigaremos a ter a mesma opinião de que os outros parceiros da Aliança.

«Quanto ao PR não somos obrigados a ter política igual»

P. — E o Presidente da República?

R. — Al tem um caso concreto em que a nossa independência é total. Com efeito, em problemas de política geral, como sejam os que se relacionam com o Presidente da República, não nos sentimos de maneira nenhuma obrigados a observar uma política igual à da Aliança Democrática.

P. — O acordo parece ser oníscio...

R. — A nossa posição face ao Presidente da República ficou bem expressa nas negociações.

P. — Que vai pensar o CDS?

R. — Não faço ideia.



Sousa Tavares «Mobilizar parte do eleitorado de esquerda»

P. — Candidato e cabeça de lista pelo círculo de Évora. Porquê?

R. — Porque me pediram para ser candidato por Évora. Muita gente daquele distrito solicitou a minha candidatura. Foi-me proposto a cabeça de lista e aceitei.

P. — Mas Évora pressupõe toda uma temática excessivamente equívoca. A Reforma Agrária...

R. — Penso que não existe no Alentejo nenhuma Reforma Agrária. Não considero que se possa continuar a chamar Reforma Agrária à continuação do latifúndio, da agricultura extensiva e à monocultura e ainda que sob esse nome se alienem os trabalhadores rurais. Ora é esta Reforma Agrária que temos actualmente o que me leva a pensar que teremos de facto de ir para soluções dignas desse nome.

P. — Colocado como cabeça de lista em Évora para dar uma certa imagem e assim neutralizar o PS?

R. — Não sei se vou ou não neutralizar o PS. Acredito que vou conquistar alguns lugares e ganhar em Évora, e sei, além do mais, que posso, com certeza, introduzir um elemento novo num diálogo que tem sido infindo sempre da pior maneira, há vários anos, no Alentejo. Quanto ao PS, lembro que tem praticado naquela área, tantas políticas diferentes, que será difícil saber qual o seu verdadeiro pensamento e o que de facto pretende.

Acordo do PSD com "Reformadores" motiva desgosto no CDS

O acordo PSD/Reformadores assinado, a meio desta semana, não foi acolhido, ao nível dos sectores do CDS mais ligados com a problemática eleitoral, como uma decisão positiva.

As «cedências» feitas pelo PSD a Medeiros Ferreira, e aos que os acompanham, não teve a concordância expressa (embora os centristas se dispensem de falar do assunto por o entenderem do foro interno do seu parceiro da Aliança) de um sector maioritário dos centristas.

Alguns círculos vêem mesmo na atitude de Sá Carneiro um eventual propósito de atingir Mário Soares e os socialistas ao coligá-los nas suas listas, e a saída do CDS como um dos PS, antigas figuras conhecidas do partido, que a ele pertenceriam até ao momento em que fizeram o anúncio público de que se demitiam e renunciavam aos seus mandatos, em S. Bento.

Não escondem esses sectores centristas a sua estranheza pela decisão do presidente do PSD, por nela não verem um benefício directo para a própria Aliança, ao facilitar a integração dos reformadores nas listas de candidatos à Assembleia da República. Mais útil seria, admitem, que tais personalidades se mantivessem como «reserva respeitável» a que a AD, desde que vencedora das eleições, recorreria para formar governo... No modelo aceite e na sua óptica, não só se afirma desnecessária ou mesmo contraproducente a presença dos reformadores nas listas, como se extingue o efeito que poderia ser retirado da sua disponibilidade activa quando a Aliança fosse colocada diante da perspectiva da formação de um Executivo. Por outro lado, entende-se que a presença de Medeiros Ferreira e outros no hemiciclo de S. Bento

poderá interpretar-se como «uma provocação inconsequente aos socialistas com os quais a Aliança poderá vir a negociar, mesmo ganhando as eleições».

Para além destes aspectos, outra fonte de atrito pode vir a constituir a eventualidade de Medeiros Ferreira, verificado um quadro favorável em termos de força parlamentar, recolher uma maioria de votos para a presidência do Parlamento. Seria uma forma a um tempo consagradora da abertura aos reformadores e comprometedora de qualquer aproximação com os socialistas, cujo peso não seria desprezado pelos partidos da Aliança, uma vez colocados na posição de terem de governar o país mercê de um eventual triunfo nas urnas, segundo aqueles círculos centristas.

Declarações de Rui Oliveira motivam desgosto

Entretanto, foi com evidente perplexidade que a nível do CDS se conheceram as declarações do respectivo secretário-geral, Rui de Oliveira, segundo as quais a fusão dos democratas-cristãos com os social-democratas de Sá Carneiro constituía um projecto encarado por dirigentes de ambos os partidos — sublinharam fontes daquele partido. Nem a referência expressa à existência de «equivocos» prévios a resolver, fez esbater a profunda impressão de desgosto que tais afirmações provocaram num momento classificado de o menos indicado

para tomadas de posição tão espectaculares. Tanto mais que, ainda em entrevista publicada na 6.ª-feira anterior nestas colunas de «O Jornal», o presidente da Comissão Política do PSD, Leonardo Ribeiro de Almeida, recusara frontalmente tal hipótese.

A «gaffe de Monchique», como em alguns meios «centristas» já é designada a admissibilidade de uma fusão entre dois partidos apenas interessados — afirma-se — numa Aliança, com a finalidade de neutralização daquilo a que chamam «maioria de esquerda», deixou «sem respiração» alguns responsáveis democratas cristãos.

Dirigentes do partido deram a entender a «O Jornal» que as declarações de Rui de Oliveira (personalidade que detém o pelouro responsável pela elaboração das listas e ao mesmo tempo o do próprio aparelho administrativo), função esta em que se tem revelado um organizador de mérito, sublinhe-se) mais não representaram do que a expressão de um ponto de vista estritamente pessoal. E acentuam que o desmentido imediatamente publicado, proveniente do Gabinete da Opinião Pública, teve a chancela da direcção do partido, o que reforça o carácter de uma decisão que se entende não dever ser clarificada por via de um depoimento pessoal, mesmo que esse depoimento pudesse ser produzido, em nome da opinião oficial do CDS, por um dos seus mais destacados dirigentes.

Conselho Nacional e Comissão Política neste fim-de-semana para apre-

Loureiro dos Santos recebido por Harold Brown

em 28.9.79

Hoje, em Washington

O DIA 27 SETEMBRO 1979

Loureiro dos Santos encontra-se com Carlucci

O coronel Loureiro dos Santos, ministro da Defesa, que há dez dias se encontra em visita oficial aos Estados Unidos, volta hoje a Washington, a fim de se avistar com o secretário de Estado norte-americano da Defesa, Harold Brown. Como se sabe, no início da viagem o ministro já estivera na capital federal, sendo então recebido pelo secretário de Estado Cyrus Vance, com quem se encontrará a Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintassilgo, durante a próxima deslocação às Nações Unidas. Loureiro dos Santos irá também à CIA, a convite do respectivo vice-director, Frank Carlucci, que foi embaixador dos EUA em Lisboa durante o período revolucionário.

O ministro português da Defesa foi recebido ontem em Washington pelo secretário de Estado da Defesa dos Estados Unidos, Harold Brown.

Depois das conversações com Harold Brown, Loureiro dos Santos deslocou-se à Central Intelligence Agency (CIA), a convite do vice-director, Frank Carlucci, antigo embaixador dos EUA em Lisboa.

O ministro foi ainda recebido pelo director do Departamento de Espaço e das Aplicações Terrestres, seguindo-se um almoço, oferecido pelo embaixador português, Hall Thémido, a que assistiram entidades militares Norte-Americanas.

À tarde, Loureiro dos Santos contactou com funcionários superiores do Departamento de Energia.

Entretanto, é hoje esperado em Lisboa o general John Pauly, comandante das Forças Aéreas Aliadas da Europa Central e Comandante Supremo das Forças Aéreas dos Estados Unidos na Europa, que vem ao nosso País, a fim de visitar instalações militares.

John Pauly deverá regressar à Alemanha no próximo dia 1 de Outubro.

Tempo 27 Setembro 1979

Lei da Amnistia

Uma fonte digna do maior crédito informou-nos ontem que a controversa lei da amnistia, há poucos meses aprovada na Assembleia pela «maioria da esquerda», com base num projecto do PS, será publicada a muito curto prazo e entrará imediatamente em vigor, para aplicação em todas as matérias que não colidam com os poderes conferidos, por lei constitucional, aos conselhos de disciplina das Forças Armadas.

De acordo com os meios civis e militares contactados pelo «Tempo», mas cujas informações não podemos confirmar oficialmente, a polémica lei já foi assinada pelo Presidente da República, achando-se portanto promulgada, e deverá ser referendada pelo Governo, como obrigatoriamente determina a Constituição. Não se sabe que reacções irá provocar nas Forças Armadas a entrada em vigor da nova lei, embora os chefes militares que dela discordam abertamente tenham já afirmado que a cumprirão, por se tratar de legislação de um órgão de soberania.

O DIA 27 SETEMBRO 1979

Firmino Miguel almoça com PSD's

O brigadeiro Firmino Miguel tem sido visto a almoçar com dirigentes do PSD, avolumando a lista com alguns militares. A crítica costuma de ver em Belem, a partir de 1981, o antigo ministro da Defesa Nacional dos três primeiros Governos Constitucionais.

Num dia, Firmino Miguel foi visto em repasto com Sá Carneiro e outro com Ângelo Correia, portavoz dos social-democratas e ex-presidente da Comissão de Defesa da AR. Estes almoços vêm na sequência de um outro convívio que reuniu à mesa o presidente do PSD e o general Spínola.

O que é o Conselho da Revolução?

O Conselho da Revolução, ou melhor, os seus Serviços de Apoio, tencionam editar uma brochura sobre o que é e como funciona o CR. O brochurão, em português e inglês, terá distribuição nacional.



O PRIMEIRO DE JANEIRO

Domingo, 30 de Setembro de 1979

Mensagem de Eanes enviada a Carter

Loureiro dos Santos foi o portador

O ministro Loureiro dos Santos disse, ontem, em Washington, que as suas reuniões com autoridades americanas serviram para debater a ajuda militar destinada ao Exército e à Marinha de Portugal.

O ministro da Defesa, em declarações ao serviço português para a Europa de «Ver da América», informou que fora incumbido pelo presidente da República de ser portador de uma mensagem verbal para o presidente dos Estados Unidos.

Essa mensagem, disse, foi transmitida ao comissário nacional da Segurança, David Aron, que afirmou que o presidente Carter tem a maior confiança no processo democrático português.

O ministro português, falando da ajuda militar norte-americana a Portugal, declarou que foi feito o ponto de situação, tendo aproveitado a oportunidade para agradecer o envio, há cerca de quinze dias, de uma equipa governamental, que está a tentar obter uma linha de actuação no sentido de concretizar a ajuda militar à Força Aérea.

Loureiro dos Santos esteve, entretanto, em Cabo Kennedy, onde compareceu à aquisição de espaço à escola dos astronautas portugueses.

o País — Pelo preço que a comprámos... 28 367 79

© SEGURO II. Nosso local desta secção referimo-nos no título que o maior Ocio faz da sua vistoria, uma companhia multinacional estabelecida no nosso País. Nesse local temos para oferecer aos vossos filhos, passando também com um militar (membro dos mais políticos do Conselho da Revolução), que se dirigiu, por escrito, a uma companhia de seguros, igualmente multinacional, a fim de assegurar, numa importância e pagar para o muito, o resgate da sua casa. Só que a carta — e aqui vendemos a história pelo mesmo preço que a comprámos... — teria chegado às mãos de um alto funcionário da empresa, antigo redactor de um ex-embaxador português, que, em resposta, informou o citado Conselho da Revolução de que o seu pedido de seguro não fora aceite. Estupefacto, o redactor quis saber o porquê da negativa e a explicação foi muito simples: assim como os clientes, para os seus seguros, podem escolher as companhias que quiserem, também estas se podem dar ao luxo de seleccionar os clientes que mais lhes interessarem...

CR deve e vai acabar

O ministro da Defesa português, na visita aos Estados Unidos, foi portador de uma mensagem verbal para o Presidente Carter do Presidente da República, segundo revelou o próprio Loureiro dos Santos, ao serviço português para a Europa, da "Voz da América". Esta mensagem, acrescentou na mesma altura, foi transmitida ao comissário nacional da Segurança, David Aaron, o qual terá garantido ao titular daquela pasta que o presidente dos Estados Unidos tem a maior

confiança no processo democrático português.

Nas suas declarações, Loureiro dos Santos afirmou, por outro lado, que "foi feito o ponto da situação" no que concerne à ajuda dos Estados Unidos à Portugal, aproveitando então para agradecer o envio de uma equipa governamental que há quinze dias está "a tentar obter uma linha de acção no sentido de concretizar a ajuda militar à Força Aérea", ramo que não tem sido abrangido pelos acordos.

Noutro plano, comparou a conquista do espaço à epopeia dos Descobrimentos portugueses, impressionado certamente pela sua visita a Cap Kennedy. Abordando também o problema da produção de energia, o ministro português manifestou-se de forma lapidária, dizendo que mais tarde ou mais cedo terá de se debater o problema da opção nuclear.

Por sua vez, em Washington, Loureiro dos Santos, que regressou ontem a Lisboa, tinha revelado que a

suas reuniões com as autoridades americanas serviam para debater a ajuda militar destinada ao Exército a à Armada, tema que já abordara em entrevista ao "Portuguese Times", semanário que se publica em New Bedford, mas com divulgação nacional entre as colónias de emigrantes portugueses.

Alí dissera que a integração dos dois países na NATO era sempre um dos assuntos tratados nas reuniões entre Portugal e os Estados Unidos, constatando que os dois países "são amigos e aliados porque têm interesses comuns, mas muitos desses interesses comuns são por ambos fazerem parte do sistema defensivo ocidental das nações democráticas".

Noutro passo da entrevista, interrogado sobre as críticas que tem sido feitas ao Presidente da República por forças moderadas ou de extrema-direita que o acusam de se ter aliado às forças de esquerda, Loureiro dos Santos afirmou que não responderia como membro do Governo e que a título pessoal se queria esquivar a dar a sua opinião.

demarcar como cidadão de algumas posições políticas que o general Eanes tomou, diria ainda que para si "o sr. Presidente da República é de facto um democrata, porque me parece que já o demonstrou ao longo de três anos de presidência", tomando medidas que do ponto de vista dele "visavam a consolidação da democracia".

Sobre o Conselho da Revolução — cuja papel "toré que acabar, e vai acabar, no final do período de transição" — o ministro da Defesa acredita que "os militares (...) irão para o seu lugar, que é, em linguagem vulgar, os quartéis". Para Loureiro dos Santos "acontecerá ao Conselho da Revolução aquilo que os portugueses quiserem que aconteça, na medida em que os seus representantes, quando tiverem poderes constituintes, irão de certeza tomar uma atitude acerca do Conselho da Revolução".

Acrescentou, inclusivamente, que "como observador verifiquei que a maior parte dos partidos que representam os portugueses são de opinião de que ele deverá acabar". E como cidadão, concluiu, "também acho que sim". De resto, antes, Loureiro dos Santos já expendia a opinião de que apenas um partido, o Partido Comunista, preconizava a continuação do CR: "Ois bem, mas a gente sabe qual o peso do Partido Comunista. É um peso relativamente reduzido, em termos electorais".



Conselhos de disciplina reactivam processos

Problema dos capitães do Q.P. continua por resolver

Após o período de férias, os Conselhos Superiores de Disciplina das Forças Armadas vão reactivar os processos referentes aos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975, estando já prevista a audição, para princípios de Outubro, de um capitão de Artilharia do Exército. Meios militares disseram a «O Jornal» que o facto de o Presidente da República não ter ainda promulgado a Lei da Amnistia se relaciona com o «interesse» dos Conselhos de Disciplina em acelerar os processos.

Refiram os mesmos meios a existência de uma mensagem do chefe do Estado-Maior do Exército a todas as unidades e estabelecimentos militares que salienta ter o chefe do EMGPA determinado a «continuação sem qualquer alteração dos trabalhos dos conselhos».

A mensagem informa ainda estar em curso nas autoridades jurídicas da Presidência da República, do EMGPA e do EME estudos para a desembaralhamento de medidas a

fim de minimizar os efeitos da amnistia nas áreas disciplinares e estatutárias.

O texto do general Pedro Cardoso chama também a atenção para o facto do Decreto-Lei 263/78 do Conselho da Revolução não ter sido ainda considerado constitucional — «até agora não conseguiram declarar inconstitucionais» —, o que dá «ampla actuação» na área disciplinar.

Aquela diploma, cuja constitucionalidade foi já posta em causa por alguns juristas e sectores, estipula que os ministros não têm efeitos na área disciplinar, o que contraria o próprio articulado da Lei aprovada na Assembleia da República sob proposta do PS.

O Presidente da República disse em tempos na Régua que a amnistia seria promulgada «na medida da Lei», reservando os ministros por ela abrangidos que a promulgação só ocorre depois de todos os processos terem passado pelos Conselhos Disciplinares.

Têm-se manifestado ultimamente progressivos indícios reveladores de algum descontentamento que reina em capitães do Quadro Permanente sobre a sua situação militar em relação aos oficiais oriundos de milicianos. Tal tem-se verificado nomeadamente na Escola Prática de Infantaria em Mafra.

Trata-se de uma questão profissional que deu origem ao Movimento dos Capitães antes do 25 de Abril e que até ao momento não teve ainda uma solução satisfatória por parte das autoridades.

A Lei do Serviço Militar (de 1968) permite que o tempo de serviço dos milicianos em «compagnias» seja contado para efeitos de antiguidade quando aqueles ingressam no QP após o curso na Academia Militar, pelo que ultrapassam na escola uma série de oficiais do QP.

São conhecidos, pelo menos, dois casos de oficiais para-quadras, cujos requerimentos para melhoria de antiguidade foram rejeitados a contento pelo Supremo Tribunal Militar. Por outro lado, a Direcção

do Serviço de Pessoal do EME deferiu também já quatro casos idênticos, considerando no entanto a DSP que os interessados têm um mês para apresentar o requerimento.

Tanto quanto «O Jornal» pôde saber, o Conselho da Revolução está alertado para a situação, que tem preocupado os chefes da EPI e da Escola Prática de Artilharia que aproveitam as visitas da hierarquia às unidades para expor o caso. Na EPA, os capitães solicitaram autorização ao comandante para realizarem uma reunião para debate do assunto, autorização que lhes foi negada, o que, no entender dos meios próximos desses capitães, veio «agravar o problema».

Sabe-se, por outro lado, que os comandantes da EPI (o coronel Hugo dos Santos, um dos homens de 25 de Abril) e da EPA já expuseram o assunto aos altos comandos, tendo-lhes sido dito que a Lei do Serviço Militar «existe, não foi revogada e será cumprida até que o novo Parlamento a substitua».